



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 2/2016

----- Aos vinte e nove dias do mês abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Salão Nobre, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de Trabalhos. -----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Regularização da Mesa da Assembleia
- b) Apreciação e votação da Ata da Reunião da Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2016;
- c) Informações e leitura resumida do Expediente.
- d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir.
- e) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua.

II - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

Ponto 1 - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Gouveia do Ano de 2015; Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais;

Ponto 2 - Discussão e Votação da Proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2016;

Ponto 3 - Discussão e Votação da Proposta de Extinção da Participação do Município de Gouveia na GOUVEINOVA S.A. e Dissolução da Sociedade;

Ponto 4 - Discussão e Votação da Proposta de “Regulamento de Apoio e Fomento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Gouveia”;

Ponto 5 - Discussão e Votação do Pedido de Concessão de Isenção do Pagamento de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para apoio a investimento realizado na área do Município, formulado pela Empresa - IOLine Research&Development Lab;

Ponto 6 - Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação Financeira a 20/04/2016.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes presenças: Luís António Vicente Gil Barreiros (coligação PPD/PSD-CDS/PP), José Manuel Correia Santos Mota (PS), António de Jesus Viegas Nogueira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Álvaro Cabral Prata Belo (coligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

20 PPD/PSD-CDS/PP), Armindo Correia Bezerra (PS), António José Ferreira
21 Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando Manuel Pinto Santos
22 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Pedro José Maltez Amaral (PS), Eduardo
23 Manuel Pinto Bernardo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Cristina Dias
24 Oliveira (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (coligação PPD/PSD-
25 CDS/PP), Ana Mónica Silva Ferreira (PS), Arminda Isabel Carvalho do
26 Nascimento Rebelo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Açucena Mendes
27 Carmo (CDU), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS), José Manuel Mendes de
28 Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando António Figueiredo Silva
29 (PS), Sérgio Miguel Almeida Dias Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP),
30 António José Cabral (PS), Vítor Manuel da Silva Albuquerque (Presidente da
31 União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Carlos Miguel
32 Duarte Branco (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra),
33 António Miguel Antunes Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de
34 Cativelos), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da União
35 das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Fernando Manuel Carmo
36 Henriques (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), João José Amaro
37 (Presidente da Freguesia de Gouveia), Salvador da Cruz Dias (Presidente da
38 União das Freguesias de Melo e Nabais), Mário Alberto dos Santos Almeida
39 (Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), António
40 José Direito Saraiva (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), Vítor
41 Manuel dos Santos Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da
42 Serra), Alfredo Ramos Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de
43 Ribamondego), Gonçalo Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da União
44 das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço
45 (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira
46 Tente (substituto legal da Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da
47 Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de
48 Vila Franca da Serra) e Marco António Marvão Martins (Presidente da Junta
49 de Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----
50 ----- Solicitaram os membros da Assembleia Laura Maria da Rocha Oliveira
51 Pinto da Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Carla Sofia Garrido Amaral
52 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Joana Mota Silva (PS), Carlos Alberto Nabais
53 da Cunha (CDU) e Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS), a respetiva
54 substituição, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de
55 Setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,
56 Cabendo a mesma a António de Jesus Viegas Nogueira (coligação PPD/PSD-
57 CDS/PP), Fernando Manuel Pinto Santos (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

58 Mónica Silva Ferreira (PS), Maria Açucena Mendes Carmo (CDU) e António
59 José Cabral, nos termos do art.º 79.º do citado diploma legal.-----
60 ----- Foi a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra,
61 representada pelo respetivo substituto legal por ela designado, nos termos da
62 alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

a) Regularização da Mesa da Assembleia

64 ----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para
65 deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, chamando o
66 membro da Assembleia Ana Paula Morgado (coligação PPD-PSD/CDS-PP)
67 para auxiliar nos trabalhos, iniciando-se com a eleição do Presidente e
68 Secretários da Mesa.-----

70 Na sequência do falecimento da 1.ª Secretária da Mesa, colocou-se a questão
71 acerca da forma como se deveria proceder à sua substituição. Reconhece que
72 não se trata de um assunto pacífico, na medida em que não existe
73 jurisprudência acerca do mesmo. No entanto, tal como tinha comunicado na
74 última sessão, solicitou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
75 Regional do Centro a emissão de um parecer do qual deu conhecimento:-----
76 “... o n.º 2 do art.º 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia,
77 aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de fevereiro de
78 2014, estabelece que compete à Assembleia Municipal deliberar se a eleição
79 do Presidente e dos Secretários da Mesa é nominal ou por meio de listas.-----
80 Da análise da ata n.º 1/2013 (Ata da primeira reunião da Assembleia
81 Municipal de Gouveia), resulta que o método de eleição por meio de listas foi
82 aceite unanimemente por todos os presentes.-----
83 No enquadramento descrito e tendo em consideração que a Assembleia
84 Municipal já deliberou relativamente ao método a adotar, a substituição do
85 1.º Secretário deverá operar-se mediante eleição por meio de listas, repetindo
86 a solução adotada na situação originária, ou seja, deverá ser eleita uma nova
87 mesa.” -----

88 Referiu ainda que tem conhecimento que ao nível das Juntas de Freguesias
89 não é assim que se processa, apenas é substituído o elemento em causa, à
90 semelhança do que aconteceu na Comunidade Intermunicipal, em que apenas
91 foi substituído o seu Secretário. Porém, existindo um parecer da CCDRC, o
92 qual não faz Lei, não pretende que a Assembleia Municipal de Gouveia e os
93 seus membros, no futuro, sejam acusados de praticar atos nulos. Deste modo,
94 a decisão adotada é no sentido de proceder à eleição de uma nova Mesa, pelo
95 que solicitou às bancadas municipais a apresentação de Listas a fim de serem
96 sufragadas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

97 ----- Apresentou a Bancada eleita pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP uma
98 proposta para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal com a seguinte
99 constituição:-----
100 Presidente: Luís António Vicente Gil Barreiros (Coligação PPD/PSD-
101 CDS/PP); 1.º Secretário: Ana Paula Alves Morgado Mendes (Coligação
102 PPD/PSD-CDS/PP); 2.º Secretário: José Manuel Mendes de Oliveira
103 (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), a qual foi designada como Lista A.-----
104 ----- Não se verificou a apresentação de propostas para a Mesa da
105 Assembleia Municipal por parte da Bancada Municipal do Partido Socialista e
106 da Bancada Municipal da CDU.-----
107 ----- Foi de seguida a Lista A submetida a sufrágio. -----
108 ----- Feita a votação por escrutínio secreto, apresentou esta os seguintes
109 resultados: -----
110 ----- **Lista A:**-----
111 ----- **21 (vinte e um) votos a favor;** -----
112 ----- **Votos em branco: 15 (quinze).** -----
113 ----- A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída pelos
114 seguintes membros: -----
115 - - - - **Presidente: Luís António Vicente Gil Barreiros** (Coligação
116 PPD/PSD-CDS/PP).-----
117 - - - - **1.ª Secretária: Ana Paula Alves Morgado Mendes** (Coligação
118 PPD/PSD-CDS/PP).-----
119 - - - - **2.º Secretário: José Manuel Mendes de Oliveira** (Coligação
120 PPD/PSD-CDS/PP).-----
121 Esta deliberação foi aprovada em minuta de modo a produzir efeitos
122 imediatos, de acordo com o n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
123 setembro.-----
124 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa informou que, na sequência
125 da vaga ocorrida neste órgão, foi convocada para tomar posse a cidadã Ana
126 Isabel Martins Cardoso (coligação PPD/PSD-CDS/PP). No entanto, por
127 motivos de saúde, pelo facto de se encontrar de baixa médica, não lhe é
128 possível tomar posse na presente data, pelo que colocou à apreciação do
129 Órgão a justificação da falta da eleita local.-----
130 Delibera a Assembleia Municipal, por unanimidade, considerar justificada a
131 falta comunicada ao Ato de Tomada de Posse, nos termos do n.º 7 do art.º
132 art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela
133 Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 4 do art.º 14.º do
134 Regimento da Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

135 Justificada a falta, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração do
136 Órgão, solicitando a devida autorização, para que a eleita pudesse tomar posse
137 no período que medeia entre a presente e a próxima sessão, na presença do
138 Presidente da Assembleia Municipal e da Senhora Chefe de Divisão da
139 Câmara Municipal, tendo sido autorizada a tomada de posse da eleita durante
140 aquele período.-----

141 ----- Por fim, o Senhor Presidente da Mesa prestou as seguintes
142 informações:-----

- 143 • Deu conhecimento do teor do convite da Comissão de Proteção de
144 Crianças e Jovens de Gouveia, dirigido a todos os membros desta
145 Assembleia Municipal, para uma reunião a realizar na Biblioteca
146 Municipal Vergílio Ferreira, no dia 6 de maio, pelas 21 horas. Será uma
147 sessão de esclarecimento relacionada com a 2.^a Alteração à Lei n.º
148 142/2015, de 8 de Setembro e com o intuito de dar a conhecer o papel
149 desta Comissão;-----
- 150 • A pedido da Delegação Distrital da ANAFRE, informou todos os
151 Senhores Deputados sobre a realização do II Encontro Distrital de
152 Autarcas de Freguesia, no dia 14 de maio, em Seia;-----
- 153 • No seguimento da deslocação à Casa do Concelho de Gouveia e
154 naquilo que foi dito nas várias elocuições ali proferidas, quem tiver
155 intenção de se fazer sócio desta Casa, encontram-se disponíveis as
156 propostas de inscrição.-----

157 **b) Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia** 158 **Municipal de 29 de fevereiro de 2016**

159 ----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata da Sessão
160 ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2016 que, após a
161 introdução de uma correção solicitada pelo membro da Assembleia José
162 Santos Mota (PS), foi a mesma aprovada, por maioria, com as abstenções dos
163 membros da Assembleia Armindo Correia Bezerra (PS), Ana Cristina Dias
164 Oliveira (PS), Presidente da União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da
165 Serra e Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra, por não terem
166 estado presentes na respetiva reunião.-----

167 **c) Informações e leitura resumida do Expediente**

168 ----- A 1.^a Secretária da Mesa, Ana Paula Alves Morgado Mendes (coligação
169 PPD/PSD-CDS/PP), deu conta da correspondência recebida, desde a
170 efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e que a seguir se
171 discrimina: -----

- 172 i) **Deputado Carlos Alberto Nabais da Nabais:-** Pedido de
173 substituição na sessão de 29 de fevereiro de 2016;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 174 ii) **Deputada Carla Sofia Garrido Amaral:-** Pedido de substituição
175 na sessão de 29 de fevereiro de 2016;
- 176 iii) **Deputado Armindo Correia Bezerra:-** Pedido de substituição na
177 sessão de 29 de fevereiro de 2016;
- 178 iv) **Presidenta da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio de
179 certidões de aprovação em minuta das deliberações relacionadas com o
180 ponto da ordem de trabalhos do “Empréstimo de Médio e Longo Prazo
181 de 1.200.000,00 euros”;
- 182 v) **Ana Isabel Martins Cardoso:-** Justificação de Falta ao Ato de
183 Tomada de Posse na sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2016;
- 184 vi) **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do**
185 **Centro:-** Emissão de parecer jurídico relativamente ao método a adotar
186 na substituição do 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal;
- 187 vii) **Grupo Parlamentar “Os Verdes”:-** Envio, para conhecimento,
188 algumas das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2016,
189 apresentadas pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia;
- 190 viii) **Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra:-**
191 Justificação de falta à sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2016;
- 192 ix) **Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de convite para
193 assistir ao “Concerto de Ramos”, que teve lugar no dia 19 de março,
194 bem como para visitar a exposição “Artefactos Sacros – Tempos de
195 Páscoa”;
- 196 x) **Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra:-** Envio de convite
197 para estar presente na Feira Franca e Mostra Gastronómica, que se
198 realizou no dia 20 de março de 2016;
- 199 xi) **Escola Velha – Teatro de Gouveia:-** Envio de convite para assistir
200 ao debate “2 À Sexta”, que se realizou no passado dia 8 de abril;
- 201 xii) **Francisco José Pais da Silva:-** Pedido de audiência com o Senhor
202 Presidente da Assembleia Municipal;
- 203 xiii) **Assembleia Municipal de Viseu:-** Vem apelar a esta Assembleia
204 que se associe à reivindicação da criação do Centro Oncológico com as
205 Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear do Centro Hospitalar
206 de Tondela Viseu;
- 207 xiv) **Deputado Carlos Alberto Nabais Cunha:-** Pedido de substituição
208 na sessão de 29 de abril de 2016;
- 209 xv) **ANAFRE:-** Solicita a divulgação junto deste Órgão da realização
210 do “II Encontro Distrital de Autarcas” eleitos nas Assembleias e Juntas
211 de Freguesia, que se realiza no dia 14 de maio, no CISE em Seia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 212 xvi) **Presidente da CPCJ de Gouveia:-** Convite dirigido a todos os
213 membros desta Assembleia Municipal, para uma reunião a realizar na
214 Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, no dia 6 de maio, pelas 21
215 horas, com o intuito de dar a conhecer o papel desta Comissão;
- 216 xvii) **Presidente da Junta de Freguesia de São Paio:-** Envio de convite
217 para estar presente nas Comemorações do 25 de Abril a realizar nesta
218 Freguesia;
- 219 xviii) **Ana Cristina Dias Oliveira:-** Justificação de falta à sessão
220 ordinária de 29 de fevereiro de 2016;
- 221 xix) **IG - Instituto de Gouveia:-** Envio de convite para assistir ao Sarau
222 Cultural que se realiza no dia 22 de abril, pelas 21 horas, no Teatro
223 Cine de Gouveia. Envio de convite para participar na tertúlia com o
224 escritor Nuno Costa Santos, no dia 21 de abril, pelas 18 horas, no
225 auditório da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira;
- 226 xx) **Escola Velha – Teatro de Gouveia:-** Envio de convite para assistir
227 ao espectáculo “Canta-me como foi”, que se realizará no dia 24 de
228 abril, pelas 21:30 horas, no teatro Cine de Gouveia, inserido nas
229 Comemorações dos 42 anos do 25 de Abril;
- 230 xxi) **ANAFRE:-** Envio de prospectos informativos referentes à
231 realização do “II Encontro Distrital de Autarcas”, no dia 14 de maio, no
232 CISE em Seia;
- 233 xxii) **Presidente da CPCJ de Gouveia:-** Convite dirigido a todos os
234 membros desta Assembleia Municipal, para participarem na formação
235 de um grande Laço Humano que simbolize a preocupação do concelho
236 na promoção e proteção das suas crianças e jovens, no dia 28 de abril,
237 às 10:30 horas, em frente ao edifício da Câmara Municipal;
- 238 xxiii) **Gabinete de Educação e Ação Social do Município de Gouveia:-**
239 Envio da Ordem de trabalhos e respetiva documentação para a reunião
240 do Conselho Municipal de Educação, que se realiza no dia 29 de abril,
241 pelas 15 horas;
- 242 xxiv) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as
243 propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da sessão da
244 Assembleia Municipal de 29 de abril;
- 245 **d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir**
246 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
247 começando por assinalar duas datas significativas: Os 42 anos do 25 de Abril,
248 assinalados de forma condigna. Trata-se de uma data bastante significativa e
249 que a todos congratula.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

250 Outra data, é o 1.º de Maio, e também Dia da Mãe, a partir do momento em
251 que a União de Sindicatos passou a centralizar as comemorações na capital do
252 Distrito, a cidade de Gouveia ficou um pouco desprovida daquele que é um
253 dia importante para uma terra como a nossa com tradições operárias e
254 republicanas, sendo, portanto, uma data significativa que deve ser assinalada.
255 E, daí, a intenção da Junta de Freguesia de Gouveia organizar um programa
256 simbólico, singelo para esse dia, reiterando o convite aos Senhores
257 Deputados, Presidentes de Junta e Vereação para que possam estar presentes
258 nestas comemorações. Um programa em que a parte da manhã será dedicada
259 ao desporto, seguindo-se um almoço-convívio no recinto de Santo António,
260 no Farvão e, à tarde, na Biblioteca Municipal, decorrerá a abertura de uma
261 exposição intitulada “Manualidades” com artistas e artesãos de Gouveia.
262 Seguir-se-á a apresentação do Livro “A Reforma do Parlamento” de António
263 José Seguro. Um tema atual, num ano em que se comemoram os 42 anos do
264 Poder Autárquico e os 40 anos da Constituição. Fica registado o convite e o
265 apelo à participação de todos.-----
266 Reiterou e reforçou o convite dirigido a todos os autarcas de freguesia em
267 relação ao “II Encontro Distrital de Autarcas”, no dia 14 de maio, em Seia. É
268 sempre um encontro importante pois permite uma troca de ideias, de
269 experiência, de colocar os problemas e de os tentar resolver. É, portanto, uma
270 boa oportunidade para o reencontro e para a continuação da nossa
271 aprendizagem.-----
272 ----- Usou da palavra a Senhora Presidente da União de Freguesias de
273 Figueiró e Freixo da Serra, questionando o Executivo em relação a um tema
274 que a si lhe faz alguma pena, porquanto o encerramento de uma instituição é
275 sempre um encerramento de uma instituição e deste modo só tem a lamentar.
276 Teve conhecimento de que, naquele dia, foi emitido um parecer sobre o
277 encerramento do Jardim de Infância de Figueiró da Serra.-----
278 A manutenção deste estabelecimento de ensino foi uma questão que sempre
279 defendeu ao longo destes 11 anos de mandato, sempre justificou manter
280 aberto aquele Jardim por todas as circunstâncias, por todo o distanciamento
281 que o mesmo tem, quer em relação à sede do concelho, quer a outros
282 estabelecimentos de ensino e sempre trabalhou para que aquele Jardim se
283 mantivesse aberto.-----
284 Tendo em conta que existem três Jardins de Infância que se encontram nas
285 mesmas circunstâncias que o de Figueiró da Serra, ou talvez piores, pois tem
286 conhecimento que o Jardim de Infância de Melo, tem duas crianças, o Jardim
287 de Infância de Folgoso tem igualmente duas crianças e o de Figueiró, este
288 ano, teve quatro crianças e mantém quatro matrículas para o próximo ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

289 letivo, pretendia ser informada acerca do critério de seleção para que, destes
290 três estabelecimentos de ensino, apenas para o de Figueiró da Serra fosse
291 emitido parecer para o seu encerramento. Podem justificar que foi da parte da
292 DREC, o que tem dúvidas, porque se algo é emitido tem que haver alguma
293 indicação nesse sentido.-----
294 Não pretende que os outros Jardins de Infância encerrem, mas que apenas lhe
295 justifiquem qual o critério utilizado para encerrar o de Figueiró da Serra, uma
296 vez que até tem um maior número de crianças do que nas outras instituições,
297 as quais vão manter-se abertas.-----
298 Como referiu anteriormente, a Junta de Freguesia de Figueiró da Serra sempre
299 fez de tudo para que aquelas instalações se mantivessem abertas. Forneceu a
300 alimentação, durante quatro anos, pagou o vencimento de uma funcionária
301 durante muitos anos, pelo menos os últimos quatro, e sempre lutou e se
302 disponibilizou para que o Jardim se mantivesse em funcionamento.-----
303 Deste modo, custa-lhe admitir que, nas mesmas circunstâncias de três, seja
304 apenas o Jardim de Infância de Figueiró da Serra que vai encerrar no próximo
305 ano letivo.-----
306 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Rui Gonçalves (PS)
307 referindo que nos dias 14, 15, 16 e 17 de abril, a convite do Município de
308 Gouveia, o Agrupamento de Escolas de Gouveia, juntamente com o IG –
309 Escola Profissional, estiveram presentes naquela que é a maior montra de
310 percursos universitários e profissionalizantes deste país e que se traduziu num
311 sucesso e congratula-se por esse facto numa dupla função.-----
312 Integrado nas comemorações do 25 de Abril, no passado dia 23, realizou-se a
313 festa do Núcleo de Desporto e Cultura de Gouveia. Uma velha aspiração desta
314 associação em ter a sua Sede e que, finalmente, se concretizou, pois foi
315 assinado o contrato de comodato, esperando que muito em breve as obras de
316 requalificação do espaço se iniciem. Nesse mesmo dia, foi também feita uma
317 homenagem ao seu fundador Prof.º António Brito, bem como a realização de
318 um evento desportivo e o jantar que se lhe seguiu. Foi um dia bonito, um dia
319 integrado nas comemorações do 25 de Abril e é portanto também uma forma
320 de comemorar Abril.-----
321 Ainda no âmbito das comemorações do Dia 25 de Abril, no dia 24, não pode
322 deixar de registar e parabenizar o espetáculo “Canta-me como foi ...”,
323 organizado pelo Grupo Escola Velha. Um espetáculo fantástico, endereçando
324 as felicitações a todos os intervenientes, realçando o trabalho fantástico que
325 foi realizado. Já teve a oportunidade de transmitir a alguns elementos do
326 Grupo Escola Velha que seria interessante que o espetáculo se pudesse repetir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

327 e levá-lo a mais algum lado, porque de facto é um espetáculo que merece ser
328 novamente revisto ou visto.-----

329 Por último, realçou o facto de ultimamente a comunicação social não estar
330 presente nas sessões da Assembleia. É evidente que este órgão é alheio a essa
331 situação, no entanto, não sabe se por questões editoriais, o jornalista Paulo
332 Prata, ou quem o substitua, não tem estado presente, o que se traduz numa
333 perda significativa que espera que venha a ser remediada, porque de facto
334 aquilo que se discute e aprova neste Órgão acaba por ficar “entre portas”.
335 Embora seja registado em Ata, porém, a população em geral, também tem o
336 direito de saber aquilo que analisam, discutem e aprovam, por isso, lamenta
337 que esta situação se continue a verificar e espera que num futuro próximo
338 tudo se resolva.-----

339 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia fazendo das
340 palavras do Senhor Deputado Rui Gonçalves (PS) as suas palavras. Não
341 entende a razão e, porventura, só por uma nova política editorial do jornal é
342 que leva a que o jornalista Paulo Prata, que tantos anos, em diversos
343 mandatos, acompanhou os trabalhos deste órgão, mais recentemente, deixou
344 de assistir às sessões. Reconhece que a Mesa pouco ou nada pode fazer, é o
345 próprio jornal que divulga o edital das sessões, tem conhecimento da ordem
346 de trabalhos e documentação e, portanto, não é por falta de conhecimento que
347 não estão presentes. Só, portanto, uma nova política editorial é que veio
348 alterar o procedimento habitual, com o lamento da Mesa da Assembleia, pois
349 exercia um papel importante neste tipo de informação.-----

350 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS)
351 iniciando a sua intervenção dando conta da realização da reunião da
352 Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, que teve lugar no
353 Fundão, no dia 29 de março, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

354 - Eleição do novo Secretário da Mesa da Assembleia;-----

355 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas da CIM
356 relativos ao ano de 2015;-----

357 - Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental ao ano de 2016 da CIM.

358 De referir, também, que nessa reunião estiveram como representantes do
359 Órgão Executivo os Senhores Presidentes da Câmara Municipal do Fundão,
360 de Gouveia, estando ausente o Presidente da Câmara de Celorico da Beira,
361 num sistema de rotatividade que tinha ficado acordado.-----

362 Deu conhecimento que o representante desta Assembleia Municipal, José
363 Santos Mota (PS) naquela Comunidade, apresentou uma proposta de
364 Recomendação, que foi aceite e votada, intitulada “Em Defesa do Território
365 do Parque Natural da Serra da Estrela”, relacionada com aquilo que o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

366 Deputado considerou e todos consideram que este Parque ficou em posição de
367 desvantagem relativamente a outros territórios, no que toca à questão da
368 distribuição dos incentivos do Portugal 2020. Nessa proposta, o Senhor
369 Deputado destacou a inclusão de medidas como as existentes no PRODER
370 para a área da Serra da Estrela que deviam ter continuidade neste 2020, bem
371 como o alargamento dos apoios zonais ao território do Parque Natural da
372 Serra da Estrela e manter os apoios aos investimentos não produtivos e gestão
373 de pastoreio nas áreas baldias, tal como acontece noutras áreas, mas, pelos
374 vistos, isso não acontece no Parque Natural da Serra da Estrela.-----
375 A sua segunda questão, prende-se com a deslocação à Assembleia da
376 República, a convite dos Senhores Deputados. Considera que foi uma visita
377 importante. Para além dos aspetos mais direcionados para a saída do
378 concelho, para o lazer, viu-a também como um momento de trabalho, de
379 aproximação entre eleitos, uns locais, outros mais de âmbito nacional.
380 Permitiu-lhes ter uma outra perspetiva daquela casa, da casa da democracia,
381 mas que deve ser uma casa de trabalho em prol de todos nós e do país,
382 obviamente. É de destacar a receção que tiveram, a maneira como foram
383 recebidos e como foram conduzidos.-----
384 Nesta visita, destacou um momento especial que foi a inauguração da
385 exposição sobre um vulto natural de Gouveia, uma exposição que resultou do
386 trabalho dos gouveenses. Pensa que é a primeira exposição patente na
387 Assembleia da República feita por gouveenses e é importante de realçar e de
388 continuar, pois parece-lhe muito bem. Ao que sabe, a exposição tem tido um
389 bom acolhimento e já terá sido solicitada por outras entidades,
390 nomeadamente, a Câmara dos Solicitadores, o que lhe parece que atesta a
391 qualidade da mesma.-----
392 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Isabel Nascimento
393 (coligação PPD-PSD/CDS-PP) fazendo referência a um dado da UNICEF que
394 indica que Portugal é um dos países em que as crianças desfavorecidas vivem
395 em piores circunstâncias.-----
396 Por outro lado, o crédito mal parado nos empréstimos concedidos às famílias,
397 aumentou 0,2% em relação ao período homólogo do ano passado.-----
398 Isto para dizer que de facto, em relação às práticas do Município, se impõe
399 cada vez mais e se perspetiva que seja de facto cada vez mais necessário a
400 política que até agora tem sido levada a cabo pelo Município, uma política de
401 apoio, de incentivo de boas práticas, de ajuda às famílias. Políticas que
402 protegem o rendimento das famílias e que conduzem ao sucesso escolar que,
403 inclusive, incentivem estilos de vida saudáveis. Tem sido essa a filosofia do
404 Município que foi premiado como “Município Amigo das famílias”, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

405 necessário, é bom para todos que assim seja e que continue nesta senda,
406 tornando-se cada vez mais imperativo.-----
407 Relembrou que o mês de abril, é o mês da prevenção dos maus tratos, pautado
408 por diversas ações que culminaram com a realização de um laço humano em
409 frente ao edifício da Câmara Municipal. Iniciativas promovidas pela CPCJ,
410 cuja Comissão Alargada tem tido, desde algum tempo, um grande empenho
411 dos seus membros e que se tem verificado com todas estas iniciativas de
412 muito sucesso e de grande visibilidade, tendo culminado com a realização
413 deste laço.-----
414 Por último, apelou a todos os presentes para que em sede de IRS possam
415 beneficiar as IPSS do concelho.-----
416 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
417 começando por questionar o Senhor Presidente da Câmara se o assunto do
418 caminho público relacionado com Fernando Oliveira Viegas/Intermarché, já
419 estava resolvido. Sobre este assunto, na última sessão, questionou se era legal
420 a alienação de um caminho público, sem ter sido submetido a esta Assembleia
421 Municipal para ser deliberado expressamente com esse objetivo.-----
422 Sobre a Rede de Territórios do Alto Concelho, referiu que existe pouca
423 informação a esse respeito e a que existe recolheram nos jornais. Daquilo que
424 tem conhecimento, julga que a opção do Município de Gouveia pela
425 pastorícia parece-lhe ser uma aposta certa. Assim, pretendia saber como é que
426 a planificação e candidatura vão ser feitas, quem são os colaboradores que
427 vão entrar nesta Rede ou se serve apenas para autofinanciamento das
428 instituições do ensino superior, a saber: Instituto Politécnico da Guarda,
429 Universidade da Beira Interior, Instituto de Castelo Branco, Universidade de
430 Vila Real. São de facto muitas universidades e todos sabem que é uma das
431 formas que estas instituições têm de se auto-financiarem, pois ficam sempre
432 fundos, no mínimo 10%. Se vai servir só para isso ou se é de facto para
433 trabalharem junto de quem está no terreno, perguntar o que pensam e como
434 esta atividade ancestral pode e deve repercutir-se enquanto atividade futura.---
435 O Senhor Deputado referiu que continua preocupado com o facto de não se
436 encontrar uma solução para o Arquivo Histórico de Gouveia. A forma como
437 ele tem sido tratado ao longo dos anos não engrandece nem Gouveia, nem a
438 sua história e é nosso dever preservar aquilo que de alguma forma é a nossa
439 vida. Enquanto esteve na Vereação, colocou a mesma questão, tendo-lhe sido
440 respondido que estavam de facto preocupados com isso. Era de facto uma das
441 preocupações do Presidente Álvaro Amaro e provavelmente o Município já
442 teve a oportunidade de resolver esta situação, em vez de alienar património,
443 edifícios escolares que ainda hoje continuam por utilizar e poderiam ter sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

444 muito bem utilizados para albergar, absorver aquilo que deve ser o arquivo
445 histórico. Pretendia, portanto, saber o que está previsto para o arquivo
446 histórico.-----

447 Relativamente às comemorações do Dia 25 de Abril, orgulha-o, enquanto
448 socialista, a forma como decorreu a noite de 24 para 25 de Abril. Não
449 acontece todos os anos em que se canta, na mesma noite, duas vezes, o tema
450 “Grândola, Vila Morena”. Isto mostra algum sentimento de esperança, de que
451 algo está a mudar e isso nota-se não só a nível nacional, mas também em
452 termos municipais. Considera que de facto o Grupo Escola Velha é hoje um
453 património cultural. E, desse modo, não podem nem devem regatear esforços
454 de apoio a uma das maiores fazedoras de cultura do concelho, que tem muito
455 mais para dar, na sua opinião.-----

456 Nas comemorações do Dia 25 de Abril, pensa que falhou o facto de não ter
457 sido realizada uma celebração na própria Assembleia Municipal, pois trata-se
458 do órgão central da democracia no concelho. É aqui que se discute,
459 concordem ou não com isto, é aqui que se passa muito da vida do concelho.
460 Decorreu mais um ano, sem que esta Assembleia comemorasse o 25 de Abril.
461 É uma falha. Lamenta que não tenha sido feita esta celebração, mas a palavra
462 que pertence a este órgão, não podia, nem devia ter sido cortada. Achou
463 interessante a realização do Parlamento Jovem, mas pensa que podia ter sido
464 enquadrado de outra forma. Não foi uma novidade, já no passado se realizou
465 no concelho de Gouveia, mas podia ter sido muito bem concebido para a tarde
466 do Dia 25 de Abril, onde os nossos jovens estivessem presentes e não apenas
467 uma bancada da Escola Secundária e outra bancada do IG-Escola
468 Profissional. Não lhe parece que tenha sido o melhor figurino. Fica apenas o
469 reparo para que iniciativas futuras tenham em atenção estas iniciativas.-----

470 Por último, teve pena que a Bandeira Nacional não tenha sido hasteada ao
471 som do Hino Nacional, mas sim ao som da corneta. Não aprecia muito este
472 tipo de som, o qual é mais destinado aos militares. Com todo o respeito que
473 lhe merecem e a gratidão que lhes tem, mas preferia de facto ouvir e cantar a
474 “Portuguesa”, pois isso é que marca a portugalidade.-----

475 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que em
476 relação às comemorações do Dia 25 de Abril, partilha das recomendações do
477 Senhor Deputado José Santos Mota (PS). De facto deveria ter sido celebrado
478 no seio da Assembleia Municipal, no seguimento daquilo pelo qual tem vindo
479 a lutar, ou seja, pela importância do órgão Assembleia Municipal como
480 Assembleia Magna deste concelho. Porém, quando teve conhecimento do
481 programa, percebeu que já não era possível alterar e preferiu aquele tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

482 cerimónia, não com tanta visibilidade, do que realizarem-se vários 25 de Abril
483 dentro da própria Câmara.-----
484 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação
485 PPD-PSD/CDS-PP) começando por saudar as comemorações do Dia 25 de
486 Abril, as diversas coletividades envolvidas e a forma como enriqueceram
487 estas comemorações.-----
488 Salientou a realização da sessão do Parlamento Jovem, ainda que partilhando
489 de algumas das preocupações anteriormente manifestadas, no entanto, é de
490 opinião que no debate nascem sempre muitas coisas importantes e até do
491 confronto de gerações poderiam, também, eventualmente, surgir algumas
492 ideias interessantes. Salientou desse debate as preocupações manifestadas
493 pelos jovens relativas à desertificação do Concelho. Foi um tema abordado
494 por ambas as bancadas e que diz bem a importância que este problema
495 começa a ter no concelho.-----
496 Lamenta, no entanto, dizer que, em profundo contraste com aquilo que é o
497 espírito do 25 de Abril, dando razão àquilo que são as preocupações do
498 Parlamento Jovem, a notícia do cancelamento do investimento da Barragem
499 de Girabolhos. Dos valores que são frequentemente apregoados no 25 de
500 Abril, de entre outros, e das palavras que ainda continuam atuais, isto é, a
501 igualdade, a coesão territorial, a representatividade, o que vieram a constatar é
502 que é para a aprovação de um plano de um Governo, uma força política sem
503 representatividade no distrito, exige o cancelamento de um programa a par
504 daquilo que era o plano das eólicas que muito contribuía para o
505 desenvolvimento nacional e regional. Parece-lhe mal, a força política que
506 prejudica uma vez mais o interior do País, ainda que, de tempos a tempos, se
507 advoguem dos grandes defensores do interior do país, de grandes defensores
508 da coesão nacional, depois isto não acontece. Parece-lhe mal o Governo que
509 abdica de reformas estruturais como moeda de troca de qualquer coisa que
510 ainda não se percebe muito bem o que venha a ser.-----
511 No que ao concelho diz respeito, é mais um projeto estruturante que vêm
512 desaparecer a par de outros mais ou menos recentes e que tiveram fins
513 semelhantes. É de opinião que junto dos intervenientes devem ser pedidas e
514 exigidas contrapartidas, a par daquilo que aconteceu a alguns anos atrás com
515 polémica semelhante relativamente ao aeroporto da OTA, em que o
516 investimento não se realizou nos concelhos da zona e que receberam algumas
517 contrapartidas. Parece-lhe que esta é uma boa medida para o concelho tomar.-
518 É de facto importante reabrir o mais rápido possível a questão das
519 acessibilidades do concelho, seria importante a conjugação de esforços com
520 os outros concelhos envolvidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

521 Quanto à Barragem, lamentavelmente é mais um projeto estruturante que não
522 se concretiza no imediato, por decisão superior, e que dificilmente será
523 revertida, representando mais um atentado ao desenvolvimento e à coesão
524 nacional.-----
525 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS)
526 referindo que a sua intervenção vem no seguimento das palavras do Senhor
527 Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP), embora não partilhe
528 da “visão conspirativa”, quanto a si enviesada das razões que levaram à
529 tomada de posição sobre este empreendimento.-----
530 De seguida, procedeu à leitura de uma declaração alusiva à Barragem de
531 Girabolhos que considera de importância vital para Gouveia, deixando
532 registada a sua posição face ao que aconteceu:-----
533 *“Barragem de Girabolhos, o Fim e as Consequências*
534 *Gouveia recebeu há poucos dias uma notícia que deixou mais carregadas as*
535 *nuvens já sombrias que se adensam sobre o futuro desta terra!-----*
536 *Não gosto de pessimismo, nem aprecio pessimistas, mas receio que o*
537 *panorama que se desenha no horizonte seja, infelizmente, de profundo*
538 *desalento.-----*
539 *Soube-se pela comunicação social que o Governo, reunido com a empresa*
540 *adjudicatária da construção da Barragem de Girabolhos e os Municípios que*
541 *integram os territórios onde a obra iria decorrer, anunciou uma solução que,*
542 *abruptamente, interrompe o projeto de todos conhecido.-----*
543 *Acontece que o alcance desta decisão tem repercussões muito sérias e*
544 *definitivas na vida das pessoas.-----*
545 *Não importa agora reavivar as diferentes posições em torno dos impactes que*
546 *a construção da Barragem teria para o concelho. As dúvidas legítimas sobre*
547 *a influência no microclima ou o peso ambiental que comportaria esta obra*
548 *foram estudados e discutidos e estavam ultrapassados sem provocar fissuras*
549 *na sociedade.-----*
550 *O que agora está em causa é de alguma forma responsabilizar as entidades*
551 *que, ao reverter este empreendimento, frustraram as expectativas dos*
552 *Municípios quanto ao seu desenvolvimento económico e social.-----*
553 *A interiorização pessoal que cada um de nós elaborou e a crença de que esta*
554 *era uma oportunidade única, real e segura ficou defraudada por esta*
555 *lamentável decisão.-----*
556 *Dir-nos-ão que este era um projeto nacional e não municipal ou mesmo*
557 *intermunicipal e, portanto, o seu âmbito extravasa estes perímetros! Claro*
558 *que é legítimo o Governo e a empresa disporem dos territórios municipais*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

559 *com intuítos de assegurar o seu programa, no 1.º caso, ou de obter lucros, no*
560 *2.º.*-----

561 *Mas não será igualmente legítimo honrar a ambição das populações, de ver*
562 *subir as suas condições de vida e de respirar a satisfação de contribuir com o*
563 *seu esforço para legar às gerações vindouras uma Gouveia melhor?*-----

564 *Pois bem, até ao dia em que a notícia chegou, era líquido que os benefícios*
565 *da dita obra se concentrariam nas potencialidades acrescidas na área do*
566 *turismo por via do surgimento de uma albufeira de larga dimensão e de*
567 *múltiplo aproveitamento.*-----

568 *Gouveia sonha há décadas com uma ligação rodoviária que desenrave este*
569 *concelho e lhe permita ser competitivo dentro do destino Serra da Estrela. É*
570 *consabido que a chegada de pessoas, sejam turistas, investidores ou*
571 *visitantes, é diretamente proporcional à facilidade com que entram no local.*
572 *De todos os esforços, tentativas e lutas travadas para que tal desidrato fosse*
573 *atingido, desde a década de 90 do século passado até aos dias de hoje,*
574 *recebemos apenas as migalhas de uma repavimentação com pequenas*
575 *correções do troço até Mangualde.*-----

576 *O projeto da Barragem e a programada substituição da parte da estrada*
577 *nacional 232 com a Ponte Palhês incluída, veio reavivar a história de uma*
578 *utopia que, agora sim, Gouveia veria concretizar-se!*-----

579 *A possibilidade de a nossa cidade e o nosso concelho se tornarem visíveis e*
580 *alcançáveis, como pontos de chegada sem constrangimentos de acesso, abria*
581 *novos e esperançosos horizontes com a projetada construção da autoestrada*
582 *Coimbra-Mangualde/Viseu e com uma nova e moderna ferrovia a ligar este*
583 *abandonado interior ao litoral Centro e Norte, bem como à Europa. Enfim o*
584 *futuro parecia sorrir-nos pela 1.ª vez! Competia-nos apenas lutar até ao*
585 *limite das forças pelo remate do trajeto rodoviário seguindo o troço da obra*
586 *da barragem, contornando Contenças. Era pois um cenário auspicioso que*
587 *fazia acreditar em melhores condições de vida para gerações que virão*
588 *suceder-nos.*-----

589 *É por tudo isto que, ao ver a notícia do jornal Público em que o Senhor*
590 *Ministro do Ambiente afirmou que, e cito “conclusões dos estudos (referia-se*
591 *à reavaliação do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial*
592 *Hidroelétrico) tiveram em conta critérios jurídicos e financeiros, as metas*
593 *portuguesas de energias renováveis e as expetativas dos municípios*
594 *abrangidos” sobrevém um sentimento de revolta e de indignação.*-----

595 *Revoltados contra uma situação que nos atira de novo para um esconso lugar*
596 *onde permanecemos manietados; indignados porque as conclusões dos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

597 *estudos não tiveram seguramente em conta as expetativas dos Municípios,*
598 *contrariamente ao que diz o Senhor Ministro.-----*
599 *E agora, o que fazer?-----*
600 *Concordo com o Senhor Presidente da Câmara e cito parte do comunicado*
601 *“tentar encontrar junto da Endesa um conjunto possível de contrapartidas*
602 *que possam de alguma forma compensar as populações pela não*
603 *concretização...” como diz no seu comunicado, ou mesmo lendo o*
604 *comunicado dos Presidentes da Câmara de Gouveia, Mangualde, Nelas e*
605 *Seia “...exigir ao Governo um conjunto de medidas de compensação para as*
606 *comunidades atingidas com esta decisão...”-----*
607 *Mas, para Gouveia, acho pouco, Senhor Presidente! É necessário que*
608 *Gouveia tenha uma reação forte que mobilize a população e que nessa*
609 *atitude estejam incluídos os objetivos e as justificadas pretensões dos*
610 *gouveenses. O mesmo é dizer:-----*
611 *Não, não ficamos de braços caídos. Não contemporizamos com uma*
612 *vicissitude que nos atinge no que temos de mais vulnerável!-----*
613 *É imperativo que o Senhor Presidente assuma o papel de liderança que lhe*
614 *cabe nesta conjuntura e conduza o município e os munícipes na justa*
615 *reivindicação de satisfazer as fundadas expetativas de conseguir uma*
616 *acessibilidade equivalente à prevista na obra da Barragem.-----*
617 *Este é o momento de unir os gouveenses na defesa dos seus mais profundos*
618 *interesses! Todos devem ser chamados a intervir: Presidentes de Junta e*
619 *Autarcas de Freguesia, Deputadas e Deputados Municipais, Executivo*
620 *Municipal, Deputadas e Deputados na Assembleia da Republica pelo círculo*
621 *da Guarda, em particular os nossos conterrâneos, e cidadãos em geral, para*
622 *além das organizações da sociedade civil e tenhamos esperança, tenhamos*
623 *esperança de que essa voz não fica enrouquecida por ver que canta para*
624 *gente surda e endurecida!”-----*
625 *----- Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata*
626 *(coligação PPD-PSD/CDS-PP) para no seguimento da intervenção do Senhor*
627 *Deputado Fernando Silva (PS) manifestar a sua discordância, pois a sua visão*
628 *não é de conspiração e muito menos enviesada, é uma visão objetiva. Citou*
629 *por diversas vezes a questão da comunicação social e, portanto, este assunto*
630 *veio em termos de comunicação social e se a comunicação social serve para*
631 *uma coisa, também serve para outra, a questão de que foi uma “moeda de*
632 *troca” veio na comunicação social e aquilo que o Senhor Deputado Fernando*
633 *Silva (PS) diz de “defraudado” ele chama de atentado ao desenvolvimento.----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

634 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia António Machado
635 (coligação PPD-PSD/CDS-PP) iniciando a sua intervenção com a leitura de
636 uma declaração sobre o 25 de Abril:-----
637 *“Quarenta e dois anos depois da inolvidável madrugada que devolveu a*
638 *liberdade aos portugueses no dia 25 de Abril de 1974, qualquer balanço que*
639 *se queira fazer não pode deixar de se afirmar como altamente positivo apesar*
640 *das sombras que se abateram e abatem sobre a sociedade portuguesa nos*
641 *planos económico e social.-----*
642 *Portugal é hoje um país muito diferente e melhor do que seria se os Capitães*
643 *de Abril, a quem saudamos com imenso sentimento de gratidão, não tivessem*
644 *posto cobro ao Regime Autoritário que durante meio século contribuiu de*
645 *forma decisiva para o atraso no desenvolvimento e o isolamento*
646 *internacional e para a atrofia da cultura e das mentalidades.-----*
647 *Comemorar Abril 42 anos depois é respeitar o passado, ganhar o presente e*
648 *antecipar o futuro.-----*
649 *Com determinação, com vontade no respeito por aquilo que fomos, somos e*
650 *seremos, por isso teremos que dizer hoje que é tempo também de maior*
651 *exigência para o nosso regime democrático. Não basta a democracia*
652 *política, esta não nos pode satisfazer, ela tem que ser consubstancialmente*
653 *também cultural, social e económica, porque só assim será possível construir*
654 *um Portugal com coesão social e territorial sem assimetrias, com emprego e*
655 *sem pobreza, se os Governos não discriminarem como fez o atual com a*
656 *decisão sobre a Barragem de Girabolhos.-----*
657 *Gouveia, sem complexos, nem traumas, mantém abertas de dentro para fora e*
658 *de fora para dentro as portas que Abril abriu. Por isso, no dia 25 cumpriu-se*
659 *Abril nas comemorações na nossa cidade e uma referência especial aos dois*
660 *grupos de alunos, um pertencente ao Agrupamento de Escolas de Gouveia e*
661 *outro ao IG, pelo momento de cidadania que nos proporcionaram. O nosso*
662 *obrigado! Foi um espelho de democracia e de liberdade que projetou desta*
663 *vez e com indiscutível oportunidade um olhar sobre o dedo do*
664 *desenvolvimento do 25 de Abril de 1974 que ainda falta concretizar.”-----*
665 Em relação ao 1.º de Maio, o Senhor Deputado declarou o seguinte:-----
666 *“O Dia do Trabalhador nasceu para lembrar o massacre de operários que*
667 *aconteceu em Chicago no ano de 1876 quando exigiam a redução da jornada*
668 *de trabalho para as oito horas diárias.-----*
669 *Comemorar o 1.º de Maio mantém toda a atualidade, porque defendemos o*
670 *trabalho como direito humano, porque queremos que a real liberdade do*
671 *homem e dos seus direitos prevaleça sobre a liberdade económica, porque*
672 *acreditamos que o crescimento e a construção da pessoa só é possível se tiver*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

673 *trabalho e salário suficiente para poder viver, porque não podemos aceitar se*
674 *o posto de trabalho existe, ele seja exercido de forma precária, porque os*
675 *apoios sociais aos trabalhadores são cada vez mais reduzidos, porque não*
676 *queremos uma economia do casino em que nos envolveram, concretamente*
677 *aquilo que hoje se fala muito, a questão dos “off shores”, há quem já lhe*
678 *chame lojas de roubo de dinheiro e de fuga aos impostos. Porque temos que*
679 *fazer sentir aos Governos que devem eliminar o trabalho escravo e o tráfico*
680 *de pessoas e a exploração infantil, porque queremos erguer a causa dos*
681 *migrantes, deslocados e refugiados.*-----
682 *Por tudo isto, é necessário relembrar e celebrar esta data em toda a sua*
683 *dimensão.*”-----
684 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
685 (CDU) questionando o Senhor Presidente da Mesa se tinha recebido o e-mail
686 remetido pela CDU.-----
687 Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia respondendo afirmativamente
688 e já abordou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de articular. Informou
689 o Órgão que, no seguimento da conserva informal que tiveram, a Senhora
690 Deputada enviou esta semana, um e-mail com alguns contactos de empresas
691 que poderão estar interessadas em relação aos materiais do cânhamo.-----
692 Retomou a palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)
693 prosseguindo com a leitura de uma declaração alusiva ao 25 de Abril e 1.º de
694 Maio:-----
695 *“25 de Abril e 1.º de Maio, duas datas de extrema importância para o nosso*
696 *povo e para todo o mundo.*-----
697 *Felizmente, este ano, Abril na rua, Abril de Grândola Vila Morena, Abril*
698 *novamente com alguma esperança nos olhos, assistimos este ano aos 42 anos*
699 *da Revolução de Abril, 40 anos de aniversário da Constituição da República*
700 *em Portugal.*-----
701 *Liberto de repressão, censura, prisão e tortura de muitos democratas e*
702 *patriotas que se bateram pela liberdade e democracia.*-----
703 *A Revolução de Abril proporcionou conquistas políticas, sociais, económicas*
704 *e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um*
705 *acelerado desenvolvimento com uma marcante participação dos*
706 *trabalhadores e da população.*-----
707 *Abril permanece bem fundo no ideário do povo português e que a*
708 *Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo destes anos às*
709 *mais diversas provas de desvirtuamento, continua a consagrar um conjunto*
710 *de progresso social, económico, desenvolvimento cultural e paz.*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

711 *Queremos dentro destes princípios da liberdade, da democracia e também da*
712 *libertação pelo medo, homenagear esta Assembleia Municipal de Gouveia*
713 *pela exposição Fernão Botto Machado que, neste momento, se encontra na*
714 *Assembleia da República. Um democrata visionário do tempo, um homem*
715 *como tantos outros de coragem de pensamento e acção e foram estes homens*
716 *e estes pensadores que levaram a que Abril nascesse e florescesse.-----*
717 *Estão de parabéns os seus mentores. Realço o trabalho e a dedicação, em*
718 *especial do Senhor Deputado José Santos Mota, porque a verdade tem que*
719 *ser dita, independentemente das nossas diferenças ideológicas.-----*
720 *O mundo continua assaltado por um vasto fascismo satânico que pretende*
721 *fazer o que sempre fez, sacar os pobres e os trabalhadores conduzindo-os à*
722 *miséria e à escravatura. Veja-se o que pretendem os grandes impérios,*
723 *parcerias transatlânticas de comércio e investimento, ameaça muito séria ao*
724 *direito dos povos e avanços civilizacionais alcançados e à soberania e*
725 *independência dos Estados. Apelamos à participação nas jornadas da luta*
726 *dos trabalhadores, uma luta que tem 130 anos que não podemos esquecer*
727 *nem deixar de participar. Viva a Liberdade.”-----*
728 De seguida, a Senhora Deputada questionou acerca das contrapartidas que a
729 Câmara Municipal esperava ter do Consórcio da Barragem de Girabolhos. No
730 início eram a favor da construção das Barragens, no entanto, houve evolução,
731 e a evolução deu que as barragens afinal servem os privados, não sabe quais
732 as vantagens do consórcio nesta zona.-----
733 Sobre os abrigos de passageiros nas paragens do “Estrelinhas”, alguns estão
734 resolvidos, porém, há outros nas proximidades dos estabelecimentos
735 comerciais que não existem e era necessário à população.-----
736 Verificou que a recuperação do mercado municipal vai avançar, no entanto,
737 sugeriu que as casas de banho tivessem uma resolução mais rápida por uma
738 questão de saúde pública.-----
739 **c) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua**
740 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara abordando a
741 celebração do 25 de Abril que, este ano, pretenderam que fosse mais próxima
742 da população. Realçou a importância que esta data teve para o país, em que
743 pretenderam que as comemorações não tivessem a formalidade de uma sessão
744 carregada de solenidade, mas que fosse participativa, sobretudo, pelos mais
745 jovens. A importância desta data foi realçada por aqueles que são o nosso
746 futuro e nessa medida pensa que foram comemoradas de forma condigna.-----
747 Realçou também o magnífico espetáculo do dia 24 de abril, realizado pelo
748 Grupo Escola Velha, bem como o entoar, por duas vezes, da música



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

749 “Grândola Vila Morena”, que contou com a colaboração da Banda de Paços
750 da Serra, da Escola de Música e de alguns cidadãos.-----
751 Realçou, ainda, o espetáculo que ocorreu na tarde do Dia 25 de Abril, nos
752 Paços do Concelho, com populares, com a colaboração da Banda Pedro
753 Amaral Botto Machado e do Rancho Folclórico de Gouveia, numa ocasião de
754 comemoração e participação cívica e desta forma comemoram o Dia 25 de
755 Abril e todo o seu significado. Reconhece que efetivamente já muito foi feito,
756 mas também ainda há muito por fazer. Já muitos momentos foram
757 desperdiçados por este país para concretizar ainda mais e de forma célere
758 aquilo que esteve na mente daqueles que o realizaram, nomeadamente, a
759 questão do desenvolvimento. Continuamos atrás dele e parece que nunca mais
760 o conseguimos concretizar.-----
761 Quanto ao 1.º de Maio, outra data importante que certamente todos celebram,
762 dada a sua importância e o seu significado em termos dos direitos dos
763 trabalhadores, ao ter direito ao trabalho condigno, com condições condignas,
764 a ter uma contrapartida condigna que dignifique as pessoas, que dignifique o
765 trabalho e dignifique todos aqueles que trabalham, de modo a contribuir para
766 uma comunidade mais digna e solidária.-----
767 ----- Começando por responder à Senhora Presidente da Junta de Freguesia
768 de Figueiró da Serra, em relação ao encerramento do Jardim de Infância,
769 trata-se de uma decisão que não apreciam ter que tomar, a qual nunca tiveram
770 vontade de o fazer, porém, face à circunstância, foi entendimento do Conselho
771 Municipal de Educação que, perante as condições concretas de cada um dos
772 estabelecimentos, esta seria a opção, apesar de tudo, difícil de tomar, pois não
773 foi tomada com qualquer prazer ou gosto, mas a decisão que seria a mais
774 adequada em relação aos três casos que referiu. E, nessa medida, a decisão
775 que este Conselho adotou vai nesse sentido.-----
776 ----- À intervenção do Senhor Deputado Rui Gonçalves (PS) quanto à
777 colaboração na participação na “Qualifica”, considera que é de facto muito
778 importante a participação nesse tipo de eventos, que servem para divulgação
779 de tudo o que é feito a este nível, que devem servir para troca de experiências
780 que cada um vai tendo para que possam permitir que o concelho possa
781 desenvolver ainda mais aquilo que faz e inovar neste domínio do ensino
782 profissional.-----
783 Felicitou o Núcleo Desporto e Cultura pelo conjunto de iniciativas que
784 desenvolveu inseridas nas comemorações do 25 de Abril, destacando a
785 assinatura do contrato de comodato com esta associação, em que a Câmara
786 cumpriu uma obrigação que tinha para com ela. Como teve a oportunidade de
787 dizer naquele dia, nada dá mais prazer a um autarca do que dar cumprimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

788 àquilo que a entidade que representa assumiu. Foi de facto um processo
789 moroso, no entanto, foi possível com a colaboração e concordância do Núcleo
790 e dos seus dirigentes, ceder um espaço que dignifica a instituição. Um espaço
791 que a Autarquia ainda vai melhorar e requalificar com a realização de
792 algumas obras, esperando que o Núcleo possa fruir daquele espaço para
793 desenvolver ainda mais as atividades que tem feito e que dignificam
794 Gouveia.-----
795 Realçou ainda a realização da Prova da Milha Urbana que, infelizmente, e
796 uma vez mais, os gouveenses se alhearam. Em Gouveia, é-se criticado por
797 fazer e é-se criticado por não fazer. Quando se faz, as pessoas não participam,
798 não colaboraram, não assistem aos eventos que são realizados. Lamenta
799 porque se todos reconhecem o papel que o Núcleo desempenha enquanto
800 formador de atletas, e não só, também enquanto homens e mulheres deste
801 país, no entanto, era importante que a comunidade, com a sua presença.
802 Reconhecesse esse papel, mas infelizmente poucos foram os que marcaram a
803 sua presença. O Núcleo responderá a estas ausências continuando a ter o
804 sucesso que sempre tem tido. Não pode deixar de registar também a
805 homenagem ao Professor António Brito enquanto pessoa que trabalhou em
806 prol desta Associação e que foi de facto o rosto do Núcleo e ao qual também
807 se associaram a esse momento de homenagem.-----
808 Lamentou, também, a ausência que tem sido notada do jornal Notícias de
809 Gouveia. Não sabe de facto qual a razão, certamente, será por opção editorial,
810 mas é pena, dado que é a forma mais imediata deste órgão transmitir para a
811 população aquilo que aqui é discutido e espera que tão rápido quanto possível
812 possa voltar a estar presente nestas sessões de trabalho.-----
813 ----- Respondendo à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) sobre a
814 questão da última Assembleia da CIM, em que foi necessário efetuar a eleição
815 de um novo membro da Mesa, aproveitando para felicitar e desejar os maiores
816 sucessos no trabalho que a Senhora Deputada vai desempenhar enquanto
817 membro da Mesa.-----
818 Foram de facto discutidos os pontos que a Senhora Deputada mencionou,
819 destacando a Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado José Santos
820 Mota (PS) em relação a um assunto que lhes é muito caro. Aproveitou para
821 informar o Senhor Deputado que, em relação à audiência que se
822 comprometeram a solicitar, foi reforçado o pedido e espera que tão rápido
823 quanto possível ela possa realizar-se, para poderem tentar junto do respetivo
824 Ministério que esta situação, bem como esta discriminação absolutamente
825 destituída de sentido e de razão possa ser invertida, porque não faz qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

826 sentido e é um prejuízo significativo para esta região que necessita de bons
827 motivos e boas decisões de discriminação positiva.-----
828 A propósito da visita à Assembleia da República, felicitou todos aqueles que
829 puderam estar presentes. Foi de facto um momento interessante, para alguns
830 talvez tenha sido a primeira vez que visitaram aquele órgão, a casa da
831 democracia portuguesa. Destacou a inauguração da exposição de Fernão
832 Botto Machado e tudo aquilo que ele representou enquanto distinto
833 parlamentar, uma exposição patente na Assembleia da República que pode ser
834 visitada por alunos de escolas de todo o país e que possa servir para que estes
835 portugueses tomem conhecimento de quem foi Fernão Botto Machado e a sua
836 importância para o país.-----
837 ----- Associou-se às considerações da Senhora Deputada Isabel Nascimento
838 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), salientando que tem sido prática do
839 Município, na sua ação social, estar o mais próximo possível da sua
840 população e dos que mais necessitam. E, para isso, seja na parte educativa, na
841 parte saúde, no apoio económico, no apoio ao arrendamento, no apoio fiscal
842 através do seu desagramento, estão presentes e pretendem continuar a estar
843 e a melhorar cada vez mais estas medidas de apoio.-----
844 ----- Respondendo ao Senhor Deputado José Santos Mota (PS),
845 relativamente ao caminho/terreno do intermarché informou que esta questão
846 está a ser tratada para que durante o mês de maio todo este assunto fique
847 esclarecido e resolvido a contento de todas as partes. Espera, pois, que esta
848 questão fique definitivamente tratada e, portanto, espera muito rapidamente
849 poder prestar todos os esclarecimentos necessários.-----
850 Quanto à Rede de Territórios do Alto Mondego é uma candidatura que é
851 inovadora, poucas foram efetuadas no país a este Programa Comunitário, o
852 qual tem a ver com as “Ações Inovadoras Urbanas”, que contempla Quatro
853 Eixos. Informou que a Câmara de Gouveia candidatou-se ao “Eixo - Apoio à
854 Criação de Emprego e Promoção do Emprego”.-----
855 A presença de instituições do ensino superior tem a ver com o facto da
856 candidatura versar em quatro áreas distintas: a pastorícia e atividade ligada
857 com a promoção de riqueza a ela associada; a candidatura da Câmara de
858 Nelas tem a ver com o produto vinho do dão; a de Câmara de Fornos de
859 Algodres com o azeite e a de Mangualde com os frutos. Aquilo que se
860 pretende é que estas atividades produtivas possam ser melhoradas e possam
861 ser ainda mais promovidas com aquilo que o conhecimento científico pode
862 trazer de apoio.-----
863 Esta candidatura não vai servir para financiar instituições do ensino superior,
864 porque o próprio Regulamento limita a uma percentagem o montante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

865 possível. É uma candidatura para três anos, com um volume total de apoio de
866 5.000.000,00 euros, apoiada a 80%, com os 20% seguintes, dá um
867 financiamento total de 6.200.000,00 euros. Pretende-se desenvolver um
868 conjunto de apoios a empresários ou empresas que já estejam estabelecidas ou
869 a criar, que trabalhem naquelas áreas, onde o apoio das instituições do ensino
870 superior possa permitir uma diversificação das utilizações ou produtos, que
871 resultem do trabalho com base nas quatro áreas que referiu, por exemplo, a
872 medicina. Há produtos que têm aproveitamento nesta área com
873 desenvolvimento científico para tal e aquilo que está a ser feito é que através
874 de instituições, que entendem que são as mais relevantes nesta área, possam
875 permitir acelerar ainda mais o potenciar destes aproveitamentos.-----
876 Dentro do montante estabelecido, vão existir apoios em termos de marketing,
877 marcas, rótulos e estabelecimentos dos próprios empresários e há verbas
878 destinadas ao arranque de investimentos. E, nesse sentido, entendem que esta
879 candidatura é importante e relevante e como tal assim a fizeram.-----
880 Trata-se de um Programa Comunitário exigente, em que a candidatura é
881 analisada em Bruxelas, por uma entidade escolhida para o efeito. Aquilo que
882 fizeram foi procurar que a candidatura tivesse o maior reforço possível em
883 termos de parcerias e, por isso, o apoio da CCDRC, do AICEP, do IAPMEI,
884 parceiros estratégicos desta candidatura. Pensa que a mesma vai ter algum
885 desenvolvimento, esperando que no mês de outubro já tenham alguma
886 informação quanto ao seu desfecho, estando confiante que ela possa ter mais-
887 valias para estes territórios na promoção e criação de emprego e riqueza
888 económica e, deste modo, continuam a trabalhar e a ter reuniões todos os
889 meses, até porque a base da Rede que se criou não se esgota nesta
890 candidatura, sendo que, durante o mês de maio e junho, vão efetuar-se outras
891 candidaturas ao Quadro Comunitário, tendo por base os mesmos parceiros,
892 não com esta dimensão tão global, mas com uma dimensão mais particular,
893 com enfoque em cada um dos concelhos e de forma articulada entre os quatro
894 concelhos. Encontram-se já a trabalhar nessa próxima candidatura que é mais
895 uma forma possível de financiar atividade e criação de riqueza para estes
896 territórios.-----
897 Em relação ao Arquivo Histórico de Gouveia, é uma preocupação de todos e
898 estão a enquadrar essa possibilidade precisamente no âmbito daquilo que
899 pretendem realizar em termos de Regeneração Urbana que se pretende levar a
900 efeito na cidade de Gouveia, que permita concretizar um espaço condigno
901 para preservação deste património que é de todos.-----
902 ----- À intervenção do Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-
903 PSD/CDS-PP) quanto ao cancelamento do projeto da Barragem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

904 Girabolhos, este foi um processo que se iniciou com o Governo Socialista e
905 tem o seu desfecho com um Governo Socialista. De seguida, aproveitou para
906 fazer o histórico dos acontecimentos recentes.-----
907 No dia 14 de abril, os quatros Presidentes de Câmara que fazem parte deste
908 investimento, foram convocados para uma reunião a realizar no dia 18, no
909 Ministério do Ambiente. Não lhes disseram em concreto para o que iam,
910 apenas para estarem presentes, juntamente com outros Presidentes de Câmara,
911 para uma apresentação do Plano de Barragens.-----
912 No dia 18 de abril foram surpreendidos com “um murro no estômago”,
913 porque nenhum dos Presidentes de Câmara sabiam qual era a razão em
914 concreto e muito menos para lhes ser comunicado que relativamente à
915 Barragem de Girabolhos, a decisão do Governo, era parar com o projeto da
916 sua execução.-----
917 Nessa reunião, foi também transmitida uma decisão em relação à Barragem de
918 Alvito, em que os Presidentes de Câmara de Castelo Branco já há muito
919 tinham conhecimento que a mesma não era para prosseguir. Porém, em
920 relação à de Girabolhos, foram de facto surpreendidos dado que já havia
921 trabalho e investimento feito pela Endesa e, por outro lado, as questões
922 ambientais, todos os estudos de impacto ambiental estavam efetuados e
923 aprovados pela APA. Aquilo que estava a decorrer era precisamente o “ano
924 zero” que acontece antes do início da Construção da Barragem, que serve para
925 uma monitorização da parte ambiental para comparar depois quando a
926 Barragem estiver construída.-----
927 Foram surpreendidos com essa decisão, que foi justificada por razões de
928 natureza económica, por razões ambientais, não compreendendo esta
929 justificação dado que todos os estudos ambientais estavam aprovados, e por
930 outro lado, dizem que foram de encontro às expetativas dos Municípios. Tem
931 a dizer que os quatro municípios não foram ouvidos, nem achados,
932 relativamente a esta decisão, provavelmente não tinham que o ser. Agora,
933 formalmente, se são uma entidade administrativa local que, de alguma forma,
934 estiveram envolvidos em todo o processo, até porque colaboraram desde logo
935 com o procedimento e os Senhores Presidentes de Junta estiveram envolvidos
936 com a empresa no que diz respeito à aquisição de alguns terrenos necessários.
937 Quer os Presidentes de Câmara, quer os Presidentes de Freguesia, que deram
938 a cara por este investimento, perante estas pessoas passam por “aldrabões”,
939 mas não se consideram assim, pois nada têm a ver com esta decisão. Não
940 foram ouvidos relativamente a esta decisão, formalmente foram
941 desconsiderados. O poder autárquico relativamente a este assunto foi posto à
942 margem pelo Governo na decisão que tomou.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

943 Uma outra razão que o Governo indicou para a não prossecução da Barragem,
944 ao contrário do que todos pensam, uma barragem não é uma fonte totalmente
945 limpa de produção de energia. As Barragens, com a acumulação de
946 sedimentos junto ao paredão, provocam uma diminuta percentagem de
947 produção de carbono e uma das razões considerada como fulcral para
948 justificar a não construção da Barragem, é a grande preocupação do Governo
949 em promover uma política de descarbonização. Se estão interessados em criar
950 em Portugal produção de energias que não são poluentes e se traduzem para o
951 país em ganhos de autonomia em relação às fontes tradicionais que não
952 importadas e não produzimos, se calhar no futuro vamos produzir, e nessa
953 altura será rentável. Tal como a questão da barragem que hoje está suspensa,
954 também os peritos em energia referem que não se consegue prever o mercado
955 de energia num prazo superior a cinco anos, por um lado, mas não há formas
956 tão imediatas de produção de energia e sua introdução na rede como a hídrica,
957 as únicas possíveis são as centrais nucleares e isso não querem.-----
958 Esta Barragem tinha um impacto com a sua construção em termos
959 económicos nestes quatro concelhos, iria originar possíveis investimentos e há
960 pessoas que já investiram a pensar em concretizar investimento em termos de
961 aproveitamento turístico com a albufeira. Ao contrário do que já diziam que
962 não tinha relevância para o concelho, tinha tudo o que era possível para ter
963 utilizações de lazer, estamos a falar por exemplo uma boa pista para caiaques
964 ou outro tipo de desportos náuticos que podiam ter aqui desenvolvimento e
965 deixaram de ter.-----
966 E, portanto, trata-se de facto de uma grande perda. Agora junto da Endesa têm
967 de tentar encontrar um conjunto possível de compensações, que serão
968 “compensaçõezinhas”, pois o relacionamento que existe entre o Estado e a
969 Endesa, a Endesa com as Câmaras não tem nenhum compromisso celebrado
970 e, portanto, não lhes deve nada. O relacionamento que a Endesa tem enquanto
971 promotor do Investimento é com o Estado, ao qual pagou uma caução de 35
972 milhões de euros, que pelos vistos até fica para o Estado. O Senhor Ministro
973 até chegou a dizer que esta suspensão do investimento não tinha prejuízo para
974 o Estado, porque não iria devolver os 35 milhões à empresa.-----
975 No caso dos terrenos adquiridos, na próxima semana, a Endesa vai começar a
976 contactar os proprietários. Os particulares que venderam podem reaver os
977 terrenos, mas vão ter que devolver o dinheiro que receberam. Aqueles que
978 entenderem e tiveram possibilidades para isso, devolvem o dinheiro à Endesa
979 que por sua vez entrega esse valor ao Estado que recebe esse dinheiro a título
980 de compensação pela não construção da Barragem, isto é, o Estado suspende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

981 o investimento e ainda pode receber dinheiro a título de compensação pela
982 não construção da Barragem que ele decidiu que não se faz.-----
983 No entanto, já tiveram uma primeira reunião com a Endesa, a qual não tem
984 qualquer obrigação legal para com as Câmaras, as Câmaras não têm direito
985 legal para juridicamente exigir alguma coisa à Endesa, no entanto, esta
986 manifestou disponibilidade para articular com as Câmaras algumas
987 compensações e estão nessa fase do processo.-----
988 Relativamente ao Estado, vão os quatro Presidentes de Câmara tentar que haja
989 algumas compensações, não indo referir as áreas possíveis que estão
990 articuladas, mas no que diz respeito às acessibilidades, com a construção da
991 Barragem, no que diz respeito à ligação Gouveia-Mangualde, tinham
992 esperança de ter uma ligação com maior segurança, qualidade e rapidez, o que
993 ficou defraudado, pois não vão ter nenhuma ponte nova, nenhuns acessos
994 novos e vão continuar a ter a estrada, nas mesmas condições, a ficar
995 deteriorada. Aquilo que os quatro Presidentes de Câmara vão tentar é fazer
996 pressão junto do Governo para que os possa também ajudar concretizando
997 algumas intervenções na área da conservação rodoviária que possa trazer
998 alguma qualidade acrescida às populações em virtude deste desfecho
999 relativamente à Barragem.-----
1000 Entretanto, teve conhecimento que se realizou uma reunião no dia 12 de abril,
1001 no Ministério do Ambiente, entre o Senhor Ministro e mais elementos do seu
1002 Gabinete, com operadores em que, relativamente ao Plano Nacional de
1003 Barragens, a Barragem de Alvito iria ficar suspensa, no entanto, não houve
1004 nenhuma decisão a cancelar qualquer investimento relativo à construção da
1005 Barragem de Girabolhos. Nenhuma! Muitas das pessoas que estiveram na
1006 reunião do dia 12, ficaram perplexos com a decisão transmitida no dia 18 de
1007 abril de suspensão da Barragem. E a Barragem de Girabolhos, das barragens
1008 em construção, era aquela que tinha menor custos no caso do Estado ter que
1009 indemnizar a empresa.-----
1010 É muito bom falar que se deve fazer pressão política, pode-se fazer, mas
1011 quem decidiu e a forma como decidiu mostrou de facto o respeito que têm por
1012 estes territórios, principalmente, para com os autarcas do Partido Socialista,
1013 que tiveram a oportunidade de se manifestar ao Senhor Ministro do Ambiente
1014 e ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, no próprio dia, onde também
1015 estavam os representantes da EDP, Endesa e Iberdrola.-----
1016 Certamente que vão tentar junto do Governo e junto da empresa alcançar algo
1017 que possa minimizar o enorme prejuízo que estes territórios têm, territórios
1018 que são classificados de “baixa densidade”, territórios para os quais são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1019 criadas unidades de missão para o interior e que depois aprovam estas
1020 decisões.-----

1021 ----- À intervenção do Senhor Deputado António Machado (coligação PPD-
1022 PSD/CDS-PP) sobre o 25 de Abril e 1.º de Maio já fez referência.-----

1023 ----- Em resposta à Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU) a
1024 questão do 25 de Abril e da Barragem já respondeu.-----

1025 Sobre os abrigos de passageiros, vão sendo colocados à medida das
1026 necessidades, respondendo deste modo às expetativas das pessoas.-----

1027 Informou que a Requalificação do Mercado Municipal vai ser feita, porém
1028 quanto às casas de banho reconhece que de facto não têm as melhores
1029 condições, mas as pessoas que as usam também não o fazem nas melhores
1030 condições.-----

1031 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
1032 (CDU) referindo que relativamente à Barragem de Girabolhos, tem uma ideia
1033 diferente sobre isso, não a vai verbalizar, porque precisa de maturidade
1034 política face a ela, comprometendo-se perante esta Assembleia que irá
1035 transmitir todas estas preocupações, que o Senhor Presidente da Câmara aqui
1036 colocou, junto do Partido Comunista Português.-----

1037 ----- Usou novamente da palavra a Senhora Presidente da União de
1038 Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra referindo que, tendo em conta que o
1039 jardim de Infância de Melo tem duas matriculas e Figueiró da Serra quatro,
1040 tendo em conta que as condições logísticas das duas escolas são semelhantes,
1041 tendo em conta que o recinto escolar de Figueiró lhe parece melhor, uma vez
1042 que até tem um parque infantil, tendo em conta que a taxa de natalidade de
1043 Figueiró da Serra é maior do que em Melo, pois só no ano passado nasceram
1044 quatro crianças. Por muito que tente não consegue compreender as
1045 justificações da existência de melhores condições em Melo do que em
1046 Figueiró. Que fique bem claro que não pretende o encerramento de uma em
1047 detrimento da outra, mas pretende que lhe seja dada uma razão bem clara para
1048 o encerramento do Jardim de Infância de Figueiró da Serra e sinceramente
1049 espera que não seja a distância à sede do concelho.-----

1050 ----- Usou novamente da palavra o membro da Assembleia Municipal
1051 Fernando Silva (PS) referindo que o quadro é bem mais negro do que aquele
1052 que imaginava no início. E lamenta imenso que as expetativas que tinham
1053 criado para as gerações futuras, Gouveia há-de continuar a marcar passo, há-
1054 de continuar subdesenvolvido, porque foi contrariado nas possibilidades que
1055 tinha de aproveitar as oportunidades.-----

1056 Há um ponto que desvaloriza relacionado com as histórias que rodearam este
1057 processo, das culpas, que para si é secundário e sem qualquer importância. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1058 que tem importância é que Gouveia, dos quatro municípios, é aquele que é o
1059 mais lesado nas suas mais profundas aspirações a ser um concelho que
1060 consiga ombrear com os restantes concelhos da Serra da Estrela. Vão ficar
1061 condenados. E não se refere aos que cá moram e que de vez em quando têm
1062 que sair de Gouveia, mas sim ao desenvolvimento que seria causado por
1063 aqueles que entrassem por Gouveia e que nunca virão fazer as curvas das
1064 Contenças ou da Ponte Palhês. Não vêm! Vão por outro lado, procuram outros
1065 destinos e Gouveia estará condenada a ficar para trás. Para aqueles que já
1066 estão habituados a fazer essas curvas, pouco lhes custa, para aqueles que
1067 obrigatoriamente têm que vir ou porque têm família em Gouveia também já
1068 não lhes custa, agora aqueles de que Gouveia precisa, de riqueza que deve ser
1069 criada em Gouveia, esses já não vêm.-----
1070 E como podem ser criadas atratividades em Gouveia se sabemos que aqueles
1071 que as poderiam procurar não têm forma de cá chegar ou rejeitam a forma que
1072 está desenhada para cá chegar? – Questionou.-----
1073 Agora há uma coisa em que não acompanha o Senhor Presidente da Câmara e
1074 que se prende com a ideia de que têm que aceitar tudo, a ideia de conseguirem
1075 receber umas “compensaçõezinhas” do Governo ou da Endesa. É uma ideia
1076 que rejeita em absoluto. Aliás, não se conforma, não se resigna. Apela ao
1077 representante do Concelho de Gouveia para que percorra os caminhos que
1078 tiver que percorrer, recorra à criatividade que for necessária, recorra às
1079 personalidades de Gouveia, ou fora de Gouveia, nos Partidos ou fora dos
1080 Partidos. Aqui o Partido é só um, é Gouveia, e por isso desvaloriza todas as
1081 tricas do género que o Senhor Deputado Álvaro Prata mencionou, pois isso
1082 não ajuda nada. O que importa é unir os gouveenses e uni-los em volta de
1083 alguma coisa que é vital e importante. Há deputados na Assembleia da
1084 República, há contactos que o Senhor Presidente da Câmara e esses deputados
1085 têm no poder central, há a força das pessoas que tem que começar por uma
1086 consensualização delas acerca do problema. Isso só compete a alguém que
1087 lidere este movimento, o movimento de opinião que evoluirá depois,
1088 congratulando-se com a posição da Senhora Deputada Maria Açucena que irá
1089 transmitir um apelo à sua organização para que se junte às forças que lutarão.
1090 Pensa que o Senhor Presidente da Câmara enveredará todos os esforços nesse
1091 sentido, ficando a aguardar uma resposta positiva ao desafio que aqui lhe
1092 deixou.-----
1093 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação
1094 PPD-PSD/CDS-PP) apelando à Senhora Deputada Maria Açucena Carmo
1095 (CDU) que vá mais longe que o PCP e se dirija ao PAN, um dos outros
1096 elementos da coligação, bem como o Partido Ecologista “Os Verdes” e seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1097 verdadeiramente importante sensibilizá-los do prejuízo que causaram a este
1098 concelho e se pudessem reverter a posição seria ainda mais importante para
1099 este território.-----
1100 Ao contrário daquilo que o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) refere, deve
1101 dizer que a sua primeira intervenção a classificaria de uma intervenção com
1102 algum bloqueio ideológico, porém, agora, já vê as coisas de outra forma
1103 depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara,
1104 reconhecendo-lhe o mérito pois foi uma das pessoas que sempre colocou
1105 nesta Assembleia as questões relacionadas com a Barragem de Girabolhos.
1106 Mas também partilha de algumas destas opiniões de que devem ir mais longe.
1107 Os quatro Presidentes de Câmara devem começar a fazer exigências, a
1108 construir um pacote de reivindicações. Deve lembrar que sempre foi
1109 entendido como um projeto verdadeiramente estruturante. Uma coisa é a
1110 construção do Centro de Saúde ou do Tribunal que tem a ver com a qualidade
1111 de vida das pessoas que aqui moram, agora as obras estruturantes são aquele
1112 tipo de obras que vão para lá do imediato, são obras para o futuro, que atraem
1113 pessoas, que atraem empresas, que fixam e criam riqueza. E isso tem sido
1114 negado, desde sempre, por qualquer Governo, fosse ele qual fosse. Não
1115 conseguiram uma ligação, por exemplo, entre a Barragem do Vale do Rossim
1116 à Lagoa Comprida, não conseguiram o ensino superior, não conseguiram o
1117 IC6, o IC7, as ligações à A25, qualquer outro tipo de investimentos
1118 solicitados a partir de determinada cota também não é possível porque a área
1119 está concessionada. Estamos metidos num buraco! Nem é norte, nem é sul,
1120 não é possível investir em Gouveia! Parece-lhe que está na altura de realizar
1121 um caderno em condições. Não há Barragens, poderá ser que a Senhora
1122 Deputada Maria Açucena Carmo consiga chegar ao PCP e PEV e até consiga
1123 inverter esta decisão, no entanto, consegue perceber que para eles este
1124 território seja pouco importante, porque não há votos CDU para eleger para a
1125 Assembleia da República. Não querem saber de nós para nada. Mas é isso que
1126 eles chamam de coesão nacional. Temos um Presidente da República
1127 preocupado com a coesão nacional, um Primeiro Ministro preocupado com a
1128 coesão nacional e provavelmente isto passou-lhe um pouco ao lado. Então
1129 vamos arranjar o tal caderno com medidas, como as taxas e impostos
1130 diferenciados para o interior, as acessibilidades reformuladas, a diminuição
1131 dos impostos em produtos petrolíferos, a questão das Scuts e portagens, a
1132 isenção de impostos para as empresas que se queiram fixar no interior, não
1133 podem é ficar imóveis e conformados.-----
1134 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
1135 (CDU) respondendo ao Senhor Deputado Álvaro Prata, dizendo que sabe que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1136 o PEV faz parte da coligação com o PCP, não é porque não se ganham votos
1137 no interior que algum dia - mesmo não sendo bem uma mulher do interior,
1138 pois já foi adotada por outra cidade – permanecerá calada face à situação que
1139 aqui foi exposta e diz isso porque, neste momento, são os Senhores da
1140 oposição que dizem que estamos na “geringonça”. Pois então o raio da
1141 “geringonça” tem que funcionar, até quando é outra história, pois nem ela,
1142 nem o Senhor Deputado saberão até quando é que vivem.-----
1143 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
1144 questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre algumas questões
1145 relacionadas com a Barragem de Girabolhos, começando por desfazer alguns
1146 equívocos.-----
1147 Aquilo que o Senhor Deputado Álvaro Prata lhes tentou transmitir na sua
1148 primeira intervenção, é que ao nível da Barragem de Girabolhos, um dos
1149 partidos apoiantes, o PEV, teria em sede de negociação obrigado a que o
1150 Governo tivesse que cancelar alguns investimentos do ponto de vista das
1151 Barragens dentro daquilo que estava previsto no “Plano Nacional de
1152 Barragens com Alto Potencial Energético” e uma delas seria precisamente a
1153 Barragem de Girabolhos.-----
1154 Recordou que os grandes opositores à Barragem de Girabolhos, do ponto de
1155 vista político, foi precisamente o PSD e CDS. Na altura, esta Barragem de
1156 Girabolhos fazia parte do “Plano Nacional de Barragens de Alto Potencial
1157 Energético” do Governo de José Sócrates, em 2007. Aliás, a Endesa quando
1158 ganhou este concurso pagou, não como caução, mas como entrada, 30
1159 milhões de euros que não vão ser reembolsados. E a pergunta que faz é a
1160 seguinte: porque é que a empresa Endesa depois de ter pago esses 30 milhões
1161 de euros de adiantamento não reagiu, nem contestou? Antes pelo contrário.
1162 Reavaliado o Plano Nacional de Barragens, que foi isso que se fez, e como o
1163 Senhor Presidente afirmou, não se podem fazer previsões para além dos cinco
1164 anos no que diz respeito à rentabilidade do investimento em termos
1165 energéticos daquilo que são as hídricas. De 2007 até hoje decorreram quase
1166 dez anos e o Governo fez uma reavaliação do Plano Nacional de Barragens e
1167 chegou à conclusão que a do Alvito e a de Girabolhos deixavam de ser
1168 rentáveis, sob pena de pagamento de rendas às firmas adjudicatárias e
1169 exploratórias, neste caso à Endesa, que o Estado teria que pagar. Ficaria muito
1170 mais caro ao Estado do que a rentabilidade da própria Barragem em termos de
1171 produção de energia. Essa é que é a verdade. O que é que a Endesa poupa pela
1172 não construção da Barragem da Girabolhos? Essa questão tem que ser
1173 colocada com toda a frontalidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1174 Depois tem que recordar aquilo que algumas personalidades do anterior
1175 Governo têm vindo dizer, como o Senhor Deputado Leitão Amaro, ex-
1176 Secretário de Estado da Administração Local, que chegou a dizer e a “acusar
1177 de leviandade o Governo do PS pelo facto de ter assinado contratos para a
1178 construção de Barragens, antecipando assim receitas, sem que todos os
1179 estudos estivessem ainda aprovados”. Também os Deputados José Manuel
1180 Fernandes e Graça Carvalho, Deputados do PSD no Parlamento Europeu,
1181 interrogaram então “se o Governo Português questionou a possibilidade de
1182 atingir os objetivos do Plano através de alternativas, nomeadamente
1183 aperfeiçoando as Barragens já em funcionamento ou através de melhorias na
1184 eficiência energética”. O Ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva
1185 chegou a afirmar que “se fosse hoje, o Plano de Barragens seria
1186 necessariamente outro”. Lembrou que o Plano foi elaborado pelo anterior
1187 Governo de José Sócrates e que “depois de uma decisão, de um concurso e de
1188 uma contratualização reabrir o processo poderia constituir um risco para os
1189 contribuintes”.-----
1190 De seguida o Senhor Presidente de Junta questionou se corresponde à verdade
1191 ou não que esta Barragem previa, no pico do funcionamento, que o caudal
1192 pudesse baixar 10 metros, em apenas uma hora, o que inviabilizava à partida
1193 qualquer investimento colateral ao nível de lazer dado o nível freático baixo.--
1194 E se é verdade ou não que foram acordadas contrapartidas, até se fala em 10
1195 milhões de euros de investimento para os Municípios que ficaram
1196 prejudicados pela não construção da Barragem.-----
1197 Para finalizar, fazendo o registo de interesse, é dos que pensa que a não
1198 construção da Barragem é altamente prejudicial para a nossa região, se mais
1199 não fosse pelos mil postos de trabalho criados directamente na fase de
1200 construção e, sobretudo, iria permitir em termos de acessibilidades uma
1201 melhor ligação a Mangualde e uma melhor acessibilidade de rede rodoviária à
1202 A25. Portanto, é daqueles que lamenta o cancelamento da construção da
1203 Barragem de Girabolhos, pois sempre apoiou e defendeu a sua construção,
1204 quer em termos da criação dos postos de trabalho e pela questão das
1205 acessibilidades, nunca tanto por aquilo que poderia ser o seu potencial em
1206 termos de produção de energia elétrica, nem tanto pelo aproveitamento
1207 turístico que se pudesse fazer do nível freático.-----
1208 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a sua
1209 posição em relação a este assunto é que mais importante do que estar a ver
1210 qual o Governo que teve culpa. Todos têm. Qual foi a melhor estratégia de
1211 cada um, porque se calhar a estratégia de cada um não serviu para nada. O
1212 que é preciso é que haja uma voz uníssona que diga que, mais uma vez, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1213 população desta região foi prejudicada, enganada, seja lá por quem foi e estão
1214 fartos! Era imperioso que houvesse mais medidas, mínimas que fossem, de
1215 sermos ressarcidas do engano gerado. É mais importante do que estar a
1216 dirimir as razões, a história, os culpados. O que é certo que vamos sentir cada
1217 vez mais a falta daquilo que nos prometeram.-----
1218 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que, quanto à questão da
1219 Barragem, praticamente já foi tudo dito. Há pouco referiu que é difícil prever
1220 como funciona ou como vai estar o mercado energético para além de cinco
1221 anos, contudo, a Barragem demora, pelo menos, cinco anos a construir.-----
1222 Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia por declarar a
1223 sua posição em relação a este investimento. Agora, compreende a dificuldade
1224 que sente, em termos políticos, devido a uma decisão que o Governo PS
1225 tomou. No entanto, o Senhor Presidente de Junta não pode alegar a redução
1226 dos 10 metros do nível freático para desvalorizar o possível aproveitamento
1227 da albufeira da barragem e a seguir realçar a importância do investimento pela
1228 criação dos postos de trabalho e acessibilidades. Isto para não falar na
1229 Derrama que já não é cobrada. Todavia corrobora com a importância dos
1230 postos de trabalho, as vantagens que seriam estruturantes para este concelho.
1231 Mas agora não vale a pena entrar em desvalorização, por conveniência
1232 política, do investimento, pois desvalorizou a utilização da albufeira. Não vale
1233 a pena entrar por esse caminho. O que era importante eram os postos de
1234 trabalho que seriam criados na fase de construção, o volume de receita fiscal
1235 que iria ser gerada com a Derrama e, por outro lado, a questão das
1236 acessibilidades que iriam ser construídas e permitir uma melhor ligação a
1237 Mangualde.-----
1238 É de opinião de que todo este processo e a forma como foi, não se pode
1239 desvalorizar, porque ele foi construído da forma que foi, propositadamente,
1240 desde logo para não permitir que os autarcas do PS tivessem conhecimento
1241 previamente e reagissem, pois certamente que eles seriam os primeiros a
1242 reagir. Agora, todos sabem que há um acordo de incidência para apoio
1243 parlamentar deste Governo com outras forças políticas e, está claro, e é um
1244 dos itens, no ponto 46, em relação ao Plano Nacional de Barragens.-----
1245 Respondendo aos Senhores Deputados Álvaro Prata e Fernando Silva, como é
1246 óbvio, os quatro Presidentes de Câmara estão em articulação no sentido de
1247 lutar para alcançar o máximo possível de medidas que possam minimizar, mas
1248 que vão minimizar sempre de uma forma absolutamente mínima aquilo que
1249 deixa de ser construído e os impactos que iria ter.-----
1250 Sobre os aspetos da negociação não sabe que negociações houve entre o
1251 Governo e a empresa. Sobre esse assunto foi solicitada informação por escrito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1252 ao Senhor Ministro do Ambiente que não a prestou. Quanto aos valores de 10
1253 milhões a receber pelas autarquias, não tem conhecimento.-----
1254 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente para responder à Senhora
1255 Presidente da União de Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra referindo que
1256 na preparação da Rede Escolar para o ano letivo 2016/2017, o Município foi
1257 convidado a participar numa reunião na DGEstE Centro, em conjunto com o
1258 Agrupamento de Escolas de Gouveia, para fazerem a análise dos casos mais
1259 problemáticos que existem no concelho, neste momento. Os três Jardins de
1260 Infância, são três casos problemáticos. A decisão não está definitivamente
1261 tomada relativamente ao assunto, porém, a proposta da DGEstE é no sentido
1262 do encerramento do Jardim de Infância de Figueiró e o Conselho Municipal
1263 de Educação, hoje, na sua reunião, emitiu o mesmo parecer relativamente a
1264 este assunto, tomando por base o seguinte:-----
1265 Os outros Jardins de Infância que referiu são os de Melo e de Folgosinho, que
1266 reduziram abruptamente a frequência e que esperamos que venham a
1267 recuperar população nos próximos anos, tal como esperamos que o de
1268 Figueiró recuperasse. Demos três anos ao Jardim de Figueiró. Há três anos
1269 que nos era solicitado sistematicamente que o Jardim de Figueiró encerrasse,
1270 dado o número de crianças que tinha, que eram três. Não se entendia, e muitas
1271 vezes a população não entende, que estejam dois adultos, e em algumas
1272 situações três adultos, quando era necessário fazer o prolongamento de
1273 horário para três crianças no estabelecimento de ensino. Quando somos todos
1274 a pagar pensa que compreendemos mais facilmente.-----
1275 Foi dado este prazo ao Jardim de Figueiró e não houve recuperação e não se
1276 vislumbram perspectivas futuras de que venha a haver evolução na frequência
1277 daquele jardim. O mesmo acontecerá, de futuro, ao de Melo e Folgosinho, se
1278 não recuperarem população escolar no próximo ano, devem encerrar também.
1279 Está a dar-se uma hipótese. Como houve uma queda abrupta, está a dar-se
1280 uma hipótese para que possam recuperar e ter população suficiente para o seu
1281 funcionamento.-----
1282 Este foi o critério delineado no conselho municipal de educação e que foi de
1283 uma forma geral aceite pelos conselheiros e parceiros envolvidos nesta
1284 discussão. Lamenta esta situação, mas considera que não devem pactuar com
1285 estas situações que são dramáticas, em termos de socialização e
1286 desenvolvimento das próprias crianças, acha mesmo que estão a dar um mau
1287 contributo nesse sentido e que deve ser corrigido.-----
1288 Se perguntarem se o Jardim de Melo também deve ser corrigido, acha que sim
1289 que deve, num futuro próximo, se não houver maior frequência devem fazer o
1290 mesmo procedimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1291 No entanto, garante, em nome do executivo, que darão continuidade ao
1292 processo educativo das crianças que frequentam o jardim de infância,
1293 transportando-as para um jardim de infância de acolhimento, garantindo a
1294 alimentação, prolongamento de horário e a própria deslocação.-----

II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

1296 **Ponto 1 - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas**
1297 **da Câmara Municipal de Gouveia do Ano de 2015; Apreciação**
1298 **do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações**
1299 **Patrimoniais**

1300 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1301 concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação da
1302 proposta.-----

1303 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente solicitando a devida autorização
1304 do Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de ser a Senhora
1305 Chefe de Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento, Dra. Vera
1306 Mota, a apresentar este ponto de uma forma mais detalhada.-----

1307 ----- Usou da palavra a Senhora Chefe de Divisão Dra. Vera Mota fazendo a
1308 apresentação da Conta de Gerência relativa ao ano de 2015, embora durante
1309 esse período não se encontrasse a exercer as funções de Chefe de Divisão.-----

1310 Em termos de *Receita Total*, face àquilo que foi previsto, houve uma
1311 arrecadação de 77%. Na *Receita Corrente*, face àquilo que foi previsto,
1312 verificou-se uma arrecadação de 95%. Nas *Receitas de Capital*, existe uma
1313 percentagem bastante diminuta naquilo que foi a sua arrecadação face ao
1314 previsto, de apenas 27%. É de considerar que não se deveu ao facto da
1315 conclusão física de obras, mas ao facto da CCDRC não ter procedido à
1316 verificação documental dos processos de candidatura existentes, pelo que
1317 ficou condicionado por factores exteriores. Em termos de conclusão, é
1318 possível verificar a amplitude daquilo que foi a *Receita Corrente Prevista* e a
1319 sua arrecadação, nomeadamente do ano de 2014 para o ano de 2015, que
1320 apresentou um ligeiro desvio. Na *Receita de Capital*, face ao que referiu
1321 anteriormente, essa amplitude foi bastante acentuada.-----

1322 Relativamente ao *Peso das Receitas Correntes*, destaca-se as *Transferências*
1323 *Correntes*, nomeadamente do Orçamento de Estado. Também se pode
1324 verificar o peso dos *Impostos Diretos e Indiretos*, bem como a *Venda de Bens*
1325 *e Serviços*. Dentro dos *Impostos Diretos* destaca-se o *IMI*, seguido do *IUC*.----

1326 Na *Venda de Bens e Serviços* se somarem aquilo que é o *Fornecimento de*
1327 *Água* e a *Disponibilidade da Água* é aquela que se destaca com uma maior
1328 percentagem, perfazendo 35%, seguindo-se a *Concessão de Renda à EDP*.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1329 A *Despesa Corrente* teve um peso sobre a *Despesa Total* de 65%, enquanto
1330 que a *Despesa de Capital* ficou situada nos 35%.-----
1331 Em termos de *Evolução dos últimos cinco anos*, que nos permite ver a
1332 tendência, podemos concluir que a *Despesa de Capital* tem vindo a decrescer
1333 e a *Despesa Corrente*, de 2014 para 2015, teve uma ligeira subida, mas no seu
1334 global a *Despesa Total*, desde 2013, tem vindo a reduzir.-----
1335 Na *Estrutura da Despesa Corrente*, destaca-se a *Aquisição de Bens e Serviços*
1336 com um peso de 43% e as *Despesas com o Pessoal* com um peso de 41% que,
1337 face ao ano anterior, decresceram.-----
1338 Em termos dos *Encargos com a Dívida*, os juros de empréstimos contraídos,
1339 de 2009 até 2015, tem vindo a descer substancialmente o valor que é pago.
1340 Podemos comparar que, em 2009, o seu peso tinha o valor de 488.600,00
1341 euros e em 2015, o seu peso, é bastante reduzido, com um valor de 66.852,45
1342 euros.-----
1343 Nos *Limites às Despesas com Pessoal* que é feito com base na *Receita*
1344 *Corrente* do ano anterior, neste caso de 2014, onde o seu limite para o *Pessoal*
1345 do Quadro é de 60% deste valor, o que perfaz um limite de 6.133.074,60
1346 euros, a Câmara de Gouveia encontra-se bastante abaixo com um valor de
1347 despesa com o *Pessoal* do Quadro no valor de 2.500.000,00 euros. Perante o
1348 valor dos 6.000.000,00 euros é calculada uma percentagem de 25% para
1349 *Pessoal em Qualquer outra Situação* e o seu limite seria 1.500.000,00 euros,
1350 encontrando-se bastante abaixo a despesa efetiva da rubrica do *Pessoal em*
1351 *Qualquer outra Situação*, o que vem de encontro ao que referiu anteriormente
1352 com a descida que tem vindo a decorrer em relação às despesas com o
1353 *Pessoal*.-----
1354 É de destacar nesta evolução das *Despesas Correntes* de 2011 a 2015, que as
1355 *Despesas com Pessoal* reduzem, bem como os *Juros*, sendo que a aquisição de
1356 bens e serviços, comparando com o ano de 2014, aumentaram ligeiramente,
1357 bem como as *Transferências Correntes*. Nas *Transferências Correntes* é de
1358 realçar o facto de haver uma reclassificação orçamental no que diz respeito
1359 aos *Contratos Emprego-Inserção*, com o *IEFP*, que deixaram de fazer parte da
1360 rubrica de *Despesa com Pessoal* e foram reclassificadas para as
1361 *Transferências Correntes*. Os subsídios aumentaram face ao ano anterior e
1362 aqui também se encontram os subsídios e apoios às *Juntas de Freguesia*, assim
1363 como houve uma descida nas *Outras Despesas*.-----
1364 O *Resumo da Gerência de 2015* permite-nos verificar que o *Saldo Corrente* é
1365 bastante positivo o que permite suprimir o *Deficit de Capital* e mesmo assim
1366 dar um *Saldo de Gerência*, para o ano de 2016, de 538.000,00 euros. Aqui, em
1367 termos de evolução também se pode constatar que nas *Transferências*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1368 Correntes de 2014 para 2015 houve um ligeiro aumento face à nova
1369 reclassificação dos contratos emprego-inserção com o IEFP.-----
1370 Nos *Subsídios*, também é decrescente, embora haja uma ligeira subida de
1371 2014 para 2015, devido aos apoios às Juntas de Freguesia e apoios
1372 extraordinários e pontuais ao desporto e ao prémio de desporto e expressão
1373 artística.-----
1374 Nas Grandes Opções do Plano, o peso das Atividades Mais Relevantes é de
1375 51%, enquanto que o PPI tem um peso de 49%.-----
1376 Também é importante ver o peso dos programas nas Grandes Opções do
1377 Plano. Em 2015 a dívida da autarquia tem o peso maior, de 22%, seguindo-se
1378 os serviços administrativos e serviços gerais. Aqui destaca-se, em relação ao
1379 ano de 2014, o Programa SAMA de Modernização Administrativa, seguindo-
1380 se também as comunicações e transportes.-----
1381 Relativamente ao *Peso das Funções* nas GOP's, o maior peso é das *Funções*
1382 *Sociais* com 33%, seguindo-se as *Funções Económicas*, com 29%. Nas
1383 *Funções Gerais* aumentou ligeiramente em relação a 2014, com uma
1384 percentagem de 15%, devido também ao Programa SAMA.-----
1385 Mais detalhadamente nas *Funções Sociais por Natureza*, destaca-se o peso do
1386 apoio ao ensino e educação com 35%, seguindo-se o fornecimento de água e
1387 saneamento com 18% e, logo a seguir, a cultura e desporto com um peso de
1388 16%.-----
1389 Quanto às *Funções Económicas por Natureza*, o maior peso é para as
1390 comunicações, que são as obras, seguindo-se a indústria e energia,
1391 nomeadamente, o pagamento de iluminação pública e a seguir o turismo com
1392 10%. Nas comunicações, podemos identificar três das obras realizadas em
1393 2015: “Beneficiação da EN 17 Rio Torto/Vila Nova de Tazem”, a
1394 “Beneficiação da EM 522 entre Melo e Figueiró da Serra” e o “Alargamento
1395 da Ponte de S. Cosmado em Aldeias”.-----
1396 Relativamente à *Avaliação Económico Financeira*, a Dívida Relevante para o
1397 *Limite de Endividamento* que tem incluídas as dívidas de empréstimos,
1398 fornecedores, Estado e outros entes públicos, que perfaz o valor de
1399 7.692.587,00 euros, o que permite face àquilo que é a Receita Total dos
1400 últimos três anos, uma margem de 7.125.378,00 euros. De acordo com o n.º 3
1401 do art.º 53.º da Lei 73/2013, 20% desta margem, ainda nos coloca numa
1402 situação que permite a contração de novos empréstimos com um limite anual
1403 de 1.425.076,00 euros.-----
1404 Nos *Acordos de Pagamento* é de realçar que o seu pagamento está todo
1405 efectuado, a sua dívida é relativamente pequena para o ano de 2016, conforme
1406 se pode verificar pelos valores dos gráficos do Relatório. A dívida inicial foi à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1407 volta de 6.000.000,00 euros, os pagamentos de 5.600.000,00 euros e a dívida
1408 atual situa-se nos 500.000,00 euros.-----

1409 Os *empréstimos de médio e longo prazo*, ao longo destes anos, têm vindo a
1410 reduzir-se devido às amortizações que têm sido efetuadas nos últimos anos,
1411 tendo um valor atual de 2.424.000,00 euros.-----

1412 Na *dívida de curto prazo*, a tendência também é decrescente, embora no
1413 último ano de 2014 para 2015 tenha havido a contração de empréstimo de
1414 curto prazo para fazer face aos processos judiciais, nomeadamente, com o
1415 fornecedor Fernando Oliveira Viegas.-----

1416 Em termos de *Evolução da Dívida Global*, o seu quadro geral, permite-lhes
1417 ver uma entrada de uma nova dívida, o FAM, devido a uma imposição legal,
1418 mas também é de destacar que a dívida global tem vindo a decrescer
1419 acentuadamente.-----

1420 Quanto ao *Prazo Médio de Pagamento*, ou seja, entre aquilo que é o
1421 compromisso e o pagamento, quase que andam ao encontro um do outro,
1422 embora no ano de 2015 haja uma amplitude ligeira nas *Despesas Correntes*
1423 devido à incorporação de algumas faturas das Águas do Zêzere e Coa que
1424 estavam por entrar nos pagamentos e processos judiciais o que fez com que o
1425 prazo médio de pagamento se situasse, em média, nos 112 dias, mas para a
1426 generalidade dos fornecedores é inferior aos 60 dias.-----

1427 Em relação ao *Resultado Líquido de Exercício de 2015*, teve um resultado
1428 negativo de 694.040,71 euros, mas também se destacam aqui algumas
1429 situações: a falta das participações dos Fundos Comunitários; das
1430 sentenças dos processos judiciais e de um trabalho que foi efetuado neste ano
1431 que foi retirar a Reserva dos Subsídios de Investimento que tem vindo na
1432 Certificação Legal de Contas. Este ano já não vem, aparecendo como ênfase,
1433 no sentido de que exigiu um levantamento aos Serviços de Contabilidade,
1434 desde os anos de 1987 até hoje, daquilo que eram os comprovativos das guias
1435 e fundos que comprovassem a entrada desses valores. É também de destacar
1436 nas Autarquias o conceito de “resultados”, não é indicador prioritário de
1437 “output” da entidade, como acontece no setor privado, no entanto, indicará se
1438 a mesma desempenhou as atividades de acordo com os meios.-----

1439 Por fim, agradeceu a todos que colaboraram no processo de encerramento de
1440 Contas, bem como aos membros da Assembleia pela atenção dispensada.

1441 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo à
1442 Senhora Chefe de Divisão os esclarecimentos prestados.-----

1443 Referiu que há de facto uma diminuição de receitas e despesas de capital por
1444 razões que se prendem com o FEF de Capital que diminuiu sucessivamente,
1445 bem como pelo encerramento de vários processos com o Quadro Comunitário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1446 anterior. A CCDRC faz uma cativação da verba para que haja esse
1447 encerramento formal dos processos mas atrasou no seu prazo, que era
1448 inicialmente de 31/12/2015 e foi prolongado até ao final de março de 2016.
1449 Essas verbas, que ainda estão cativas, são de montantes significativos e ainda
1450 estão para ser recebidos. Por outro lado, existe a Obra da Estrada de
1451 Melo/Figueiró que já está paga na totalidade pela Câmara Municipal, na
1452 expectativa que agora no encerramento do Quadro Comunitário anterior
1453 sejamos de alguma forma compensados com o apoio, no valor de mais de
1454 200.000,00 euros. Existe ainda um Programa de Modernização
1455 Administrativa – SAMA, um investimento de perto de 500.000,00 euros, cuja
1456 sua execução e sobretudo a sua execução formal, também se arrastou para o
1457 ano de 2016 e só neste programa o Município de Gouveia tem mais de
1458 200.000,00 euros para receber, para além de outras candidaturas efectuadas. O
1459 que perfaz um total de cerca de 600.000,00 euros de receita de capital para
1460 receber.-----
1461 Destacou também a evolução muito significativa que foi feita na diminuição
1462 dos encargos com os juros, que têm diminuído consideravelmente.-----
1463 Realçou no âmbito das Funções, a preocupação com as Funções Sociais, as
1464 quais têm um peso maior, seguindo-se as Funções Económicas e Funções
1465 Gerais. Apesar das dificuldades e o Quadro Comunitário não estar ainda
1466 exercício, pois tem sido sistematicamente adiado, ainda assim o Município
1467 tem feito investimentos ao longo do Concelho de mais de 700.000,00 euros.--
1468 Houve ainda alterações significativas em termos contabilísticos, resultante da
1469 própria evolução local nesta matéria. Fizeram alguma limpeza com a questão
1470 dos subsídios, aumentaram os subsídios para as Juntas de Freguesia e este ano
1471 certamente que ainda vão ser valores mais elevados dado que praticamente
1472 todas as Juntas se candidataram ao Regulamento de Apoio Financeiro.-----
1473 Por outro lado, existe o Acordo celebrado com o Senhor Fernando Oliveira
1474 Viegas e esse encargo encontra-se assumido e contemplado, bem como uma
1475 preocupação, em termos contabilísticos, em relação ao contencioso com o
1476 anterior Sistema das Águas do Zêzere e Côa, Águas de Portugal e Ministério
1477 do Ambiente, que tem a tutela deste sector. As Câmaras deixaram de pagar
1478 face aos compromissos assumidos pela Administração da empresa e que
1479 depois não foram formalizados e, portanto, temos processos em contencioso
1480 administrativo e um contencioso em Tribunal Arbitral que, neste momento, se
1481 encontra suspenso. Todo este processo judicial que tem sido desenvolvido
1482 pelas Câmaras foi no sentido de forçar de alguma forma a empresa Águas de
1483 Portugal e Ministério a sentarem-se à mesa de negociações. Esse processo
1484 negocial permitiu chegar a um esboço e depois a um texto concreto do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1485 Memorando de Entendimento relativamente ao saneamento. Por esse Acordo,
1486 as Câmaras Municipais do Sistema serão ressarcidas no valor de 19,6 milhões
1487 de euros, o que significa que aquilo que as Câmaras têm de dívida ao Sistema
1488 será reduzido em função destes 19,6 milhões.-----
1489 Por outro lado, significa que, de alguma forma, este conjunto de ações
1490 interpostas já se traduziram em algum ganho em relação à questão do
1491 saneamento.-----
1492 No entanto, falta a questão da água. Aquilo que está em causa no processo do
1493 Tribunal Arbitral, e segundo informação que temos do Ministério do
1494 Ambiente, vão no sentido de também aí se poder encontrar um entendimento.
1495 Aguardamos que de facto este entendimento global possa ser alcançado. A
1496 esse propósito vai decorrer no dia 9 de maio uma reunião com o Senhor
1497 Secretário de Estado do Ambiente para de alguma forma tentarmos chegar a
1498 uma posição mais próxima entre as partes em relação a esta matéria.-----
1499 Por isso mesmo, houve necessidade contabilisticamente de lançar algumas
1500 faturas que foram apresentadas pela empresa, de modo a que se possa chegar
1501 a acordo com a empresa e com o Estado e dessa forma o prazo médio de
1502 pagamento aumentou para 120 dias, sendo que em relação aos fornecedores
1503 habituais se situa nos 60 dias, um prazo inferior ao limite legal que são 90
1504 dias.-----
1505 Resumidamente, as Contas do ano de 2015, demonstram a atenção que temos
1506 na prossecução das Funções Sociais, Económicas e Gerais e, por outro lado,
1507 na preocupação em reduzir o mais possível os encargos que o Município tem,
1508 preparando a Câmara para quando o Quadro Comunitário estiver pronto
1509 podermos estar em condições de aderir e apresentar as candidaturas que
1510 pretendemos fazer. Nesse sentido, estas Contas de 2015, refletem essa
1511 preocupação em diminuir os encargos do município e prosseguir com projetos
1512 e ações de desenvolvimento.-----
1513 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
1514 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----
1515 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo
1516 que os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015 são o reflexo do
1517 Orçamento aprovado, o qual suscitou por parte da Bancada do PS a sua
1518 abstenção e não vêem outra posição que não essa para a apresentação destas
1519 Contas. Não obstante a abstenção, pensa que todos devem ter uma leitura de
1520 muitos destes valores. Uma coisa é “as Contas estão certas” ou “os cálculos
1521 estão bem-feitos” ou “as percentagens estão bem calculadas”, temos é que
1522 tentar tirar dos números algumas ilações políticas da política seguida por este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1523 Município. Pensa que essa deve ser a vertente principal e fundamental desta
1524 Assembleia Municipal.-----

1525 No que diz respeito ao Controlo Orçamental, quando foi criticado pelo Senhor
1526 Vereador Joaquim Lourenço, quando lhe dizia que iríamos obter, não
1527 1.250.000,00 euros, mas sim 1.400.000,00 euros, ele dizia que não podia ser.
1528 Mas o Senhor Deputado sabia do que estava a falar, sabia que os valores que a
1529 Câmara ia arrecadar chegavam muito próximos dos 1,4 milhões de euros.
1530 Claro que tudo isto tem uma vertente política. Não obstante, e é bom que se
1531 diga, houve a redução de duas centésimas em relação ao IMI, ainda tivemos
1532 esta receita, o que quer dizer que podíamos ter feito um esforço complementar
1533 reduzindo ainda mais aquilo que cobramos a quem é proprietário da sua
1534 habitação. E é este alerta que deixa registado, sempre foi nosso timbre. Há
1535 uma linha que entendemos relativamente à qual o Município não pode reduzir
1536 as suas receitas. O Senhor Vereador Joaquim Lourenço falava em
1537 1.250.000,00 euros. Pois bem temos aqui “pano para mangas” para o ano de
1538 2017 virmos a definir como deve ser a política de não andar a sobrecarregar
1539 os proprietários em relação ao IMI. O Partido Socialista tinha razão quando
1540 dizia que a receita em relação ao IMI ultrapassava 1,4 milhões de euros, não
1541 chegou lá, porque apesar de tudo, e muito bem, houve uma redução de duas
1542 centésimas neste imposto.-----

1543 Há três valores que engloba neste momento, IMT, Derrama e Taxas. Pensa
1544 que são três valores que devem ter a nossa observação e alguma leitura,
1545 porque são estes três indicadores que dizem a real situação económica e a
1546 atividade económica do nosso concelho. Quando lhe dizem que para o IMT
1547 havia uma previsão de 160.000,00 euros e foram arrecadados 104.000,00
1548 euros, significa que não houve transacções. Estamos parados, o que quer dizer
1549 que estamos mais pobres. Quando dizia que a Derrama passou para 40.000,00
1550 euros, aquando da aprovação do Orçamento, o Senhor Vereador dizia que
1551 não, mas a Bancada do PS tinha razão. Mas não fica satisfeito por ter razão,
1552 fica é triste porque de facto estão a empobrecer. Ficaria satisfeito se em vez
1553 de 40.000,00 euros, tivessem sido 100.000,00 ou 200.000,00 euros. Quer
1554 dizer que há uma política de incentivo ao comércio, às indústrias, há pouca
1555 atividade económica que tem que ser questionada. Já o disseram aquando a
1556 fixação das respetivas taxas e voltam a reafirmar agora na aprovação das
1557 Contas, porque no fundo estão a fazer o balanço da atividade do ano de 2015
1558 e é aqui que cabe essa reflexão.-----

1559 Quanto às taxas, teremos melhor indicador do que a atividade económica que
1560 existe no momento? – Perguntou. Passámos para menos de metade do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1561 estava previsto! Estamos mais pobres e não pode ficar contente com esse
1562 facto. Temos é que repensar o caminho que estamos a percorrer.-----
1563 Na execução anual das GOP's, solicitou um esclarecimento que se prende
1564 com a "Aquisição de Água" às Águas do Zêzere e Côa, em que refere
1565 "Previsão – 953.000 milhões". A sua dúvida é apenas o seguinte: foram
1566 executados 107 mil euros, o porquê do diferencial, deve haver alguma
1567 explicação.-----
1568 Fazendo apenas algumas somas relativamente a alguns apoios concedidos
1569 pelo Município, podemos contabilizar no Programa Gouveia Solidária, Apoio
1570 à habitação, natalidade, entre outros, mais de 160 mil euros. Temos que nos
1571 questionar se esta é a melhor política que estamos a fazer. Não põe em causa
1572 que estes apoios não sejam fundamentais em termos de "almofada social",
1573 não é disso que está a falar. Mas não pode a Autarquia encontrar outra
1574 alternativa a estas "almofadas sociais", embora por vezes seja importante
1575 mantê-las, não pode traçar um outro caminho, não se está a perpetuar apoios
1576 anos após anos, de filhos, para pais, para netos, e isto temos que nos
1577 questionar. Não queremos novas gerações dependentes de apoios e tem que
1578 haver uma reflexão.-----
1579 Na página 8 do Relatório Grandes Execuções do Plano, pensa que é tempo do
1580 Município se entender ou o Parque é Ecológico ou Biológico, tem que haver
1581 uma uniformização do nome.-----
1582 Nos Fluxos de Caixa, receita da água, página 2, podem verificar o valor de
1583 354 mil euros, contudo na página 12 refere que só foram pagos 107 mil euros.
1584 Tem que haver alguma explicação.-----
1585 No que diz respeito às Dívidas a Terceiros, com mais de 4 milhões de euros, é
1586 de facto para reflectir. Pedia um esclarecimento, em relação às Águas do
1587 Zêzere e Côa. Em 1 de janeiro existia uma dívida no valor de 397 mil euros e
1588 em 31 de dezembro de 958 mil euros, ou seja, aumentámos a dívida para o
1589 dobro. No entanto, numa outra rubrica "Águas do Zêzere e Côa" em 1 de
1590 janeiro - 790 mil e em 31 de janeiro - 149 mil euros, não percebendo muito
1591 bem estas diferenças.-----
1592 Deixou estas considerações e pensa que fundamentalmente é preciso refletir
1593 no seguinte: as receitas têm que ser repensadas, o empobrecimento por que
1594 estamos a passar tem que ser repensado, os incentivos têm que ser repensados,
1595 porque temos que mudar de caminho. Pode não ter a solução para isso, mas
1596 este não é o caminho.-----
1597 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação
1598 PPD-PSD/CDS-PP) referindo que não pretendia entrar no pormenor dos
1599 números, porque como já alguém disse números são números, contas são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1600 contas, com certeza que estão bem. Iria partilhar algumas das preocupações
1601 da análise que foi fazendo e das explicações que foram dadas.-----
1602 É evidente que o número que mais o preocupou teve a ver com a Receita de
1603 Capital, com uma baixa taxa de execução, tendo compreendido que se prende
1604 com as verbas ainda a receber por parte da CCDRC.-----
1605 Verifica com bastante satisfação que os encargos da dívida diminuíram muito
1606 nos últimos anos, o que lhe parece bastante importante, tendo em conta que se
1607 mantém as Funções Sociais, cultura e desporto, as mais relevantes e
1608 importantes que o Município deve ter.-----
1609 A par disto realçou os bons níveis do Limite de Endividamento, com o qual
1610 estamos sempre bastante preocupados e a Evolução da Dívida no sentido
1611 decrescente e de forma bastante acentuada.-----
1612 O Resultado Líquido, que numa empresa privada poderia assustar, mas numa
1613 empresa desta não assusta tanto. De acordo com as palavras da Dra. Vera
1614 Mota, que muito bem lhes deu uma visão global das Contas do Município,
1615 pesando as partes boas e menos boas das Contas, pensa que não tem grandes
1616 dúvidas em aprovar.-----
1617 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Armindo Bezerra (PS)
1618 questionando se o inventário de bens já se encontra atualizado ou se ainda há
1619 alterações ou atualizações a fazer e quais.-----
1620 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
1621 (CDU) referindo que os Senhores Deputados já referiram as receitas, o
1622 empobrecimento e também os subsídios. Isto é o reflexo da austeridade em
1623 que o anterior Governo nos deixou. É o reflexo das políticas europeias. É o
1624 reflexo da desertificação do interior. Defende as Funções Sociais, mas os
1625 Municípios vão pagar isto a médio prazo muito caro, porque a educação, a
1626 segurança social, a saúde são dos respetivos Ministérios. É o Estado que tem
1627 que assegurar essas verbas e não as Câmaras Municipais. É um problema de
1628 vários Municípios e isto vai ter um preço muito alto e quem paga são todos os
1629 contribuintes, a classe média é que está a pagar tudo. É certo que não
1630 podemos deixar morrer as pessoas, é verdade, mas é o Estado, é um problema
1631 político de raiz que tem que se resolver. Concorda com o Senhor Deputado
1632 José Mota (PS) que temos que resolver este problema, porque qualquer dia
1633 esta terra é de “velhos” e de “dependentes da Câmara”. Os contribuintes a
1634 pagar e isto vai criar assimetrias que é o que a Europa quer. É o fim da classe
1635 média, ricos e pobres. É um problema político global que tem uma leitura
1636 única - o saque da Europa e do Banco Central Europeu aos países do sul da
1637 Europa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1638 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo em relação a
1639 umas das considerações que o Senhor Deputado José Santos Mota (PS)
1640 expressou em relação ao IMI, é evidente aquilo que referiu, está nas Contas.
1641 Mas, ao mesmo tempo, não deixou de referir que tivemos a preocupação de
1642 baixar a taxa. Depois relativamente à questão das receitas do IMT, Derrama e
1643 Taxas terem reduzido e estarem em decrescente ao longo dos anos, é a
1644 realidade. Agora, a Câmara não cria empresas, pode ajudar, procura ajudar.
1645 Vai ter com empresários e motiva-os a investir. Ainda hoje o fez em relação a
1646 um empresário que não é do concelho. Não erguemos bandeiras clubísticas,
1647 porque em relação a Gouveia não deve haver clubes. Esta preocupação tem
1648 que ser transversal a todos, independentemente da cor. Procuramos fazer
1649 aquilo que é possível fazer articulando com empresas de consultoria
1650 multinacional para que nos ajudem a trazer investimentos para estes
1651 territórios. Estamos a trabalhar para isso. A dinâmica do território é pequena,
1652 todos reconhecem isso e, portanto, o reflexo está na cobrança de taxas que se
1653 deve sobretudo ao facto da construção civil se encontrar em crise.-----
1654 Relativamente às Águas de Lisboa e Vale do Tejo e ao facto de terem
1655 adquirido 900 mil euros e terem pago 107 mil euros, informou que de facto
1656 foi adquirido ao Sistema este valor de água, mas como estão em Contencioso
1657 não pagam aquilo que lhes é faturado. Esse valor tem a ver com o do anterior
1658 Orçamento de Estado que veio impor às Câmaras que, obrigatoriamente,
1659 tivessem que transferir para o Sistema uma percentagem daquilo que cobram
1660 aos seus munícipes.-----
1661 No que diz respeito às Dívidas a Terceiros, efetivamente o valor mais
1662 significativo tem a ver sobretudo com a dívida ao sistema multimunicipal.
1663 Neste processo de contencioso e com os desenvolvimentos que tem havido na
1664 aproximação das posições, certamente que este valor de dívida,
1665 nomeadamente, quando for refletido nas Contas do Município, a percentagem
1666 desta Câmara nos 19,6 milhões de euros, só na rubrica do saneamento, é
1667 evidente que o valor da dívida vai baixar e, portanto, espera que brevemente
1668 possa acontecer em relação ao abastecimento de água.-----
1669 Respondendo ao Senhor Deputado Álvaro Prata, em relação à diminuição da
1670 receita de capital já se referiu. A satisfação pela diminuição dos encargos da
1671 dívida é de facto uma satisfação de todos e demonstra a nossa preocupação
1672 em libertar destes encargos para ter folga para fazer investimentos. No que diz
1673 respeito aos Limites ao Endividamento, estamos numa agradável situação e
1674 temos margem caso se queira efetuar algum empréstimo.-----
1675 Respondendo ao Senhor Deputado Armindo Bezerra (PS) no que diz respeito
1676 ao Inventário, o mesmo está a decorrer. Tiveram a preocupação, já este ano,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1677 de fazer uma certa “limpeza” em relação à questão dos subsídios. A
1678 atualização do inventário está a decorrer, é um processo moroso, porque há
1679 muitos bens do Município que não estavam escriturados, não estavam
1680 inscritos e, portanto, todo esse trabalho está a ser feito. É um trabalho de
1681 preparação que se prende com limites, confrontações, etc, é algo que está a ser
1682 realizado para se ter esse trabalho todo feito, porque também é do nosso
1683 interesse, pois quanto maior for o inventário, maior será a capacidade de
1684 investimento do Município para se necessitar poder recorrer a empréstimos.--
1685 Em resposta à Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU) que falou nas
1686 Funções Sociais, referiu que também não temos qualquer pretensão de estar a
1687 criar dependências nas pessoas, muito pelo contrário. Aqui comunga do que
1688 referiu o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) pois não queremos criar
1689 dependentes. O certo é que a realidade vai-nos demonstrando e confrontando
1690 com as necessidades sentidas pelas pessoas que, ou tentamos acorrer a essas
1691 necessidades que muitas vezes são necessidades gritantes ou nada fazemos.
1692 Se nada fizermos certamente que nos acusarão de nada ter feito. Ainda assim
1693 queremos acorrer a essas necessidades, não no sentido de criar dependências,
1694 muito pelo contrário, mas que as pessoas possam ganhar condições para
1695 procurar fazer e ganhar nova vida e não ficarem dependentes, mas de facto
1696 reconhece que há muitos que se “encostam” a estes apoios e nada mais fazem
1697 isso é que está mal e é preciso ultrapassar ou inverter.-----
1698 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1699 colocando à votação os **Documentos de Prestação de Contas da Câmara**
1700 **Municipal de Gouveia do ano de 2015; Apreciação do Inventário de todos**
1701 **os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais**, tendo sido os mesmos
1702 aprovados, por maioria, com dezassete (17) votos a favor e quinze (15)
1703 abstenções, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de
1704 12 de setembro.-----
1705 **Ponto 2 - Discussão e Votação da Proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento e**
1706 **às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia**
1707 **do ano de 2016**
1708 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1709 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
1710 de trabalhos.-----
1711 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o documento da 2.ª
1712 Revisão ao Orçamento e GOP apresenta a correção de alguns valores em
1713 termos de Receita, desde logo, o montante do que é reforçado do FEF
1714 corrente pelo conhecimento mais concreto do Orçamento de Estado aprovado,
1715 também um ligeiro acréscimo no FEF de Capital com um valor muito abaixo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1716 em relação a anos anteriores e também um conjunto de rubricas de despesas
1717 que agora apresentam que tem que ver sobretudo com a possibilidade de se
1718 efetuar Regeneração Urbana na cidade de Gouveia e apenas na cidade de
1719 Gouveia.-----
1720 Como sabem, o concelho de Gouveia foi considerado um “concelho de nível
1721 superior” para efeitos de Regeneração Urbana, juntamente com mais 31
1722 Municípios dos 100 da Região Centro. Significa que ao contrário dos demais
1723 Municípios que vão no máximo receber 1 milhão de euros para
1724 Requalificação Urbana, o Município de Gouveia, pelo facto de ter sido
1725 considerado de “nível superior” significa que, no conjunto dos 31 municípios,
1726 tem possibilidade de acesso a um montante de verbas muito superior para os
1727 sete anos em que vigora o Novo Quadro Comunitário.-----
1728 Como sabem, em tempos, veio a esta Assembleia a aprovação da ARU da
1729 Cidade de Gouveia, que é um instrumento fundamental e essencial para
1730 podermos a seguir avançar com as nossas propostas de Regeneração Urbana.
1731 E, para isso, foi necessário efetuar um Plano Macro de Regeneração Urbana
1732 para a cidade de Gouveia, designado de PEDU, o qual contempla intervenção
1733 pública e montantes para intervenção privada. Pois é intenção do Novo
1734 Quadro Comunitário que, no âmbito da Regeneração Urbana, associada à
1735 intervenção das entidades públicas, haja também a intervenção de iniciativa
1736 privada por parte de detentores de património imobiliário nas áreas que vão
1737 ser requalificadas.-----
1738 Nesse sentido, apresentamos uma proposta, cumprindo com as regras que
1739 decorrem do Regulamento da Comunidade e da CCDRC, de intervenções na
1740 cidade de Gouveia, que engloba duas áreas fundamentais: áreas históricas e
1741 áreas degradadas. A que se juntaram uma terceira área, que é onde exista
1742 habitação social. Existe ainda uma verba para a mobilidade. Apresentamos
1743 um investimento que, em termos de FEDER, anda à volta dos 6.000.000,00
1744 euros. Esta foi a nossa proposta que depois foi analisada pela CCDRC e
1745 entrou-se num processo negocial que não começou bem, pois a proposta
1746 inicial da CCDRC era de 2 milhões euros para os sete anos, mais 15% dava
1747 um pouco mais de investimento. Não aceitámos, pois a nossa proposta tinha
1748 necessidades concretas, bem definidas e eram propostas coerentes, capazes e
1749 adequadas. Nesse sentido, ao fim de três horas de reunião, conseguimos uma
1750 proposta de FEDER de 6.170.000,00 euros, o que dá um investimento total de
1751 7.500.000,00 euros para os sete anos de Quadro Comunitário.-----
1752 Em termos de Regeneração Urbana aquilo que o Plano contempla é a
1753 Requalificação Urbana no Bairro do Castelo, Requalificação na Rua da
1754 Cardia, Requalificação da zona dos Bellinos. São estas as três áreas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1755 principais, a que se junta a requalificação do edifício da habitação social na
1756 Mata Rainha, bem como do seu espaço fronteiro, com cerca de 300.000,00
1757 euros de FEDER.-----

1758 Estão ainda contempladas verbas para a requalificação da Central de
1759 Camionagem, modernizando-a em termos tecnológicos, bem como as
1760 acessibilidades à mesma, pois não existem passeios adequados.-----

1761 Está contemplada uma verba para a melhoria dos sistemas de informação da
1762 cidade, nomeadamente, as paragens de autocarros do transporte urbano
1763 “Estrelinhas”, ao nível de horários e percursos e uma verba para a sinalética
1764 na cidade.-----

1765 Referiu ainda que, aquando a elaboração do Orçamento, em outubro de 2015,
1766 não se colocou praticamente nenhuma verba, pois não quiseram estar a
1767 colocar rubricas que não sabiam a sua dotação, pois o Quadro Comunitário
1768 está atrasado, esta parte da Regeneração Urbana era para ter ficado encerrada
1769 em dezembro e só ficou em abril.-----

1770 Por outro lado, esta fase não terminou, temos o PEDU negociado, no entanto,
1771 ainda se segue uma fase de Avisos para as respetivas candidaturas.-----

1772 Porém, temos os projetos concretizados, outros em execução, outros que se
1773 vão iniciar, vamos ter que fazer os procedimentos concursais e para isso
1774 procedemos à inscrição no Orçamento das respetivas rubricas.-----

1775 Há rubricas com montante mais significativo, porque vamos contratar fora a
1776 realização dos projetos, pois não temos internamento capacidade para elaborar
1777 todos os projetos necessários. Também a despesa com esses projetos vai ser
1778 comparticipada.-----

1779 Temos ainda um outro conjunto de rubricas com algum reforço que se prende
1780 com a rede viária e intervenções no mercado municipal para o qual temos
1781 750.000,00 euros FEDER para a sua obra.-----

1782 Este é o enquadramento desta Revisão Orçamental para abrir estas rubricas,
1783 para se poder dar os passos necessários em termos de procedimentos, Tribunal
1784 de Contas, todo esse trabalho formal que é necessário fazer.-----

1785 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
1786 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

1787 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
1788 referindo que apreciou ouvir o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao
1789 facto de ter havido um reforço da verba do FEF de Capital. Apenas se
1790 esqueceu de referir que foi graças ao novo Governo, ao Orçamento de Estado
1791 aprovado para 2016 que este reforço foi feito, porquanto a verba que estava
1792 prevista tinha a ver com a verba prevista nos anos anteriores do Governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1793 PPD-PSD/CDS-PP. Por isso já ganhamos alguma coisa em termos mudado de
1794 Governo.-----
1795 Questionou se algumas destas verbas é para serem gastas ainda este ano e
1796 onde. Nomeadamente, no que diz respeito à verba para o Mercado Municipal
1797 no valor de 83.000,00 euros, até porque existe um projeto que já está feito, no
1798 valor de 150.000,00 euros.-----
1799 Quanto à rubrica de “Reabilitação do espaço envolvente da antiga Fábrica
1800 Bellino”, perguntou se é a parte de acesso da Rua da Cardia aos Bombeiros,
1801 se alguma dessas verbas se destina a requalificar esta zona. Por um lado,
1802 retirar o pontão que suportava a palmeira que entretanto foi retirada, pois os
1803 serviços municipais já tiveram tempo suficiente para o fazer e, por outro lado,
1804 tirar de uma vez por todas os taipais da MRG que só estão a incomodar.-----
1805 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
1806 congratulando-se com esta proposta de Revisão Orçamental e corroborar com
1807 as palavras do Senhor Deputado José Santos Mota (PS) no que diz respeito ao
1808 aumento das receitas do FEF. O mesmo se passou com as Freguesias, quando
1809 se pensava que com a nova Lei das Finanças Locais se poderia perder
1810 dinheiro das transferências correntes do Estado, verificaram que com este
1811 Governo até foram beneficiados.-----
1812 Em relação a esta Revisão, independentemente, de serem retirados 20.000,00
1813 euros aos contratos interadministrativos, aumentou-se 27.000,00 euros nos
1814 apoios às Juntas de Freguesias.-----
1815 Em relação aos investimentos no Novo Quadro Comunitário de Apoio são de
1816 facto intervenções/ações que há muito batalhava e muitas vezes aqui falou.
1817 Portanto, congratula-se que haja intervenções em áreas tão importantes como
1818 os Bellinos e o Mercado Municipal. Questionou o que se pretende fazer com a
1819 Requalificação do Bairro do Castelo. Antecipou o seu sentido de voto,
1820 referindo que votará favoravelmente esta Revisão.-----
1821 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação
1822 PPD-PSD/CDS-PP) referindo que é um caminho muito importante e são de
1823 facto obras que vão dar um contributo essencial à qualidade de vida na cidade
1824 de Gouveia.-----
1825 Questionou a razão dos reforços nas rubricas “assistência técnica”,
1826 “prémios/condecorações” com aumentos na ordem dos 50% a 100%.-----
1827 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
1828 (CDU) referindo que vai votar a favor da Revisão Orçamental considerando
1829 mesmo que se não houver neste concelho e neste país desenvolvimento da
1830 economia, não nos vale a pena isto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1831 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo ao
1832 Senhor Deputado José Santos Mota (PS) informando que este ano vai haver
1833 algum investimento, embora como teve a oportunidade de ver no Plano as
1834 verbas estão distribuídas ao longo dos próximos anos. Embora este ano ainda
1835 vá haver execução, tal como a execução de alguns projetos de algumas obras
1836 previstas.-----

1837 Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, no
1838 Bairro do Castelo vão ser requalificados vários espaços públicos, com reforço
1839 da sua segurança em termos de combate a incêndios, melhoria do
1840 estacionamento e acessibilidades. Esta requalificação de espaço público é para
1841 complementar com as intervenções em termos de privados, em que a Câmara,
1842 também como privado, enquanto detentor de imóvel neste Bairro, vai também
1843 requalificá-lo. Dessa forma, estamos a dar um sinal aos privados da
1844 importância de se fazer investimento, não podendo adiantar muito mais. Há a
1845 intenção de criar um Fundo de Apoio a requalificações por parte dos privados
1846 que poderá ser um empréstimo a 20 anos, com período de carência, com uma
1847 taxa de juro mais agradável, mas o que é certo é que esse programa ainda não
1848 está em definitivo encerrado.-----

1849 Respondendo ao Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-PSD/CDS-
1850 PP), referiu que gosta de fazer e ver as coisas feitas, este ano espera muito
1851 rapidamente começar a fazer, sendo que o grosso será a partir do início do ano
1852 de 2017, em virtude de todas as formalidades processuais que é necessário
1853 efetuar antes do início de cada obra.-----

1854 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
1855 colocando à votação a “**Proposta da 2.ª Revisão ao Orçamento e às**
1856 **Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de**
1857 **2016**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com vinte e um (21)
1858 votos a favor e onze (11) abstenções, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º
1859 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1860 **Ponto 3 - Discussão e Votação da Proposta de Extinção da Participação**
1861 **do Município de Gouveia na GOUVEINOVA S.A. e**
1862 **Dissolução da Sociedade**

1863 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
1864 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem
1865 de trabalhos.-----

1866 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente começando por fazer o
1867 enquadramento deste assunto. Assim, em 2008, o Município de Gouveia
1868 submeteu a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal uma proposta de
1869 abertura de Procedimento para a constituição de uma Parceria Público Privada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1870 que tinha por objetivo a concretização de um conjunto de ações de
1871 reabilitação na cidade de Gouveia, algumas das quais constam agora do Plano
1872 de Regeneração Urbana.-----

1873 Por razões diversas, que se prendem sobretudo e fundamentalmente com a
1874 condição financeira, porque esta entidade que foi criada, a Gouveinova, era o
1875 veículo de concretização deste investimento de Requalificação Urbana, o qual
1876 tinha por base duas entidades, o Parceiro Privado e, por outro lado, o ente
1877 público, o Município de Gouveia, que é na sociedade minoritário e o privado
1878 maioritário. Todo esse processo tinha ainda por base o alavancar financeiro de
1879 uma instituição financeira ou então teria o parceiro privado, por si só,
1880 capacidade financeira para o desenvolvimento das ações de requalificação.

1881 O Parceiro foi escolhido pela Câmara e Assembleia. Foi constituída a
1882 Sociedade Gouveinova, foram iniciados alguns projetos relativamente a ações
1883 contempladas no procedimento. Entretanto, em 2011/2012, devido à crise
1884 financeira, os Bancos deixaram de financiar estas operações. A possibilidade
1885 de realização deste Plano de Regeneração Urbana deixou de ter naquele
1886 momento viabilidade.-----

1887 Foi-se protelando a manutenção da empresa Gouveinova na expectativa de no
1888 anterior Quadro Comunitário com o “Programa Jessica”, que tinha por
1889 objetivo permitir alguma requalificação, mas não foi possível porque as
1890 intervenções pensadas não cumpriam com as normas que esse Programa
1891 exigia, nomeadamente, era aplicável desde que houvesse um corresponsivo
1892 financeiro, por exemplo, para construção de cinemas em que iria gerar uma
1893 receita pela venda de bilhetes dos espetáculos, mas tal não era o caso e nesse
1894 sentido não foi possível.-----

1895 Depois houve ainda alguma expectativa no Novo Quadro Comunitário 14/20,
1896 em se poder efetuar alguma ação, mas também se verificou que não ia ser
1897 possível.-----

1898 E, portanto, neste sentido, das conversações que tem havido com o Parceiro
1899 Privado, chegou-se à conclusão que não fazia sentido manter a Sociedade,
1900 pelo que se submete a presente proposta à consideração deste Órgão para se
1901 desenvolverem os procedimentos necessários à dissolução da sociedade.-----

1902 Entretanto, no decorrer deste processo houve trabalho efetuado, uma obra nos
1903 Bellinos, bem como projetos executados pela Sociedade tendo em vista a sua
1904 concretização pela sociedade. Esses projetos não são da Câmara Municipal,
1905 mas da entidade que é titular desses projetos, por acaso até estão nesta
1906 Câmara, porque os Paços do Concelho é a sede social da Gouveinova.
1907 Também na altura em que foi deliberado na Câmara desenvolver os
1908 procedimentos para a constituição da Sociedade, também foi aprovado pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1909 Câmara uma “Carta-Compromisso” que pretendia estabelecer um conjunto de
1910 princípios, que funciona juridicamente como uma espécie de acordo Para-
1911 Social relativamente ao Acordo Social que é a escritura de Constituição da
1912 Sociedade. Esse documento previa um conjunto de situações tendo em vista
1913 acautelar possíveis alterações no âmbito da Parceria, relativamente a decisões
1914 que fossem tomadas em diferentes momentos do processo, antes da escritura
1915 da constituição da sociedade, porque depois as relações são reguladas pela
1916 escritura de constituição da sociedade.-----
1917 Hoje em dia coloca-se a questão das despesas administrativas da Sociedade e
1918 o Parceiro Privado fez obra e fez projetos, que foram decididos de comum
1919 acordo, em consonância com o Plano aprovado e que justificou a constituição
1920 da Parceria.-----
1921 A questão que se coloca tem a ver com esses trabalhos que foram faturados
1922 pela MRG à Gouveinova, se devem ou não ser assumidos como despesa e se
1923 deve ser aceite pela Gouveinova. Por uma razão, é que a Parceria Público
1924 Privada implicava a assunção, isso está no caderno de encargos prévio à
1925 escolha do Parceiro para a Parceria. O Parceiro Privado assume por Lei e por
1926 razões de normas comunitárias, assume o risco pela viabilidade financeira
1927 deste investimento. O risco é do Parceiro Privado e não do Município.
1928 Significa que o Parceiro Privado tinha a obrigação e obrigou-se perante o
1929 procedimento a trazer a esta operação viabilidade financeira para que ela se
1930 concretizasse. Porque nesta operação, as PPP teriam que ter condições
1931 próprias desta engenharia financeira. Nas PPP não são admitidos custos com
1932 trabalhos a mais, nem outros acréscimos possíveis e para evitar isso, como
1933 também estava na proposta apresentada pelo concorrente, os preços praticados
1934 na PPP não são os preços que ocorreriam de um procedimento concursal no
1935 mercado, mas preços a que acrescem riscos com trabalhos a mais. Não há
1936 revisões de preços e são preços superiores.-----
1937 Com a realização das obras que estavam previstas, e para garantir o seu
1938 pagamento por parte do ente privado, era transferido o direito de superfície
1939 dos prédios objeto, o que nunca aconteceu. Esses prédios nunca deixaram de
1940 ser de propriedade plena da Câmara. Porque aquilo que o ente privado ia
1941 pagar à Gouveinova, para que esta pagasse aos seus fornecedores, decorria da
1942 cedência deste direito de superfície o qual justificava o pagamento de rendas à
1943 Sociedade e era com essas rendas que a Sociedade pagava aos seus
1944 fornecedores. Nunca houve passo nenhum neste sentido.-----
1945 Chegados à data de hoje, significa que a PPP não se concretiza não por
1946 qualquer razão da responsabilidade do Parceiro Privado, mas por razões de
1947 viabilidade financeira, pelo apoio financeiro que o Parceiro Privado se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1948 obrigou a trazer à Parceria. Há aqui um incumprimento do contrato
1949 estabelecido entre a Câmara, enquanto ente público, e o ente privado o qual
1950 não cumpriu a obrigação de garantir a viabilidade financeira das operações.---
1951 Perante isto, aquilo que é entendido face à Lei e ao direito comunitário, e por
1952 isso foi solicitado um parecer a um JurisConsulta acerca desta questão toda, é
1953 no sentido, segundo este, o seu parecer é que estas verbas não são e nem
1954 devem ser sequer apontadas ou assumidas pela Sociedade, mas sim pelo ente
1955 Privado, enquanto entidade responsável por assumir e garantir a viabilidade
1956 financeira. Nesse sentido, não tendo alcançado ou garantido, incumpe nas
1957 suas obrigações, até porque se assim não se entendesse, ou seja, se o
1958 Município fosse assumir qualquer responsabilidade de quantias apresentadas,
1959 estaria a ser ultrapassadas ou violadas as regras do procedimento concursal
1960 que deu aso à escolha do Parceiro Privado que foi selecionado, procedimento
1961 para o qual concorreram dois consórcios. Se a Câmara Municipal assumisse,
1962 voluntariamente, alguma responsabilidade por essas despesas estaria ela
1963 própria a inverter as regras do procedimento original de constituição da
1964 Sociedade.-----
1965 Estamos a trabalhar com base neste parecer jurídico de um Professor da
1966 Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, especialista nesta matéria.
1967 Neste sentido propomos algo que ele próprio elaborou, para darmos dois
1968 passos possíveis: ou há acordo entre as duas partes e dissolve-se a sociedade,
1969 mas as contas é da forma que anteriormente referiu, ou então há a dissolução
1970 da sociedade em desacordo, em que um dos parceiros pode requerer a
1971 dissolução da mesma. Pensa que haverá acordo relativamente a este assunto e
1972 nesse sentido solicita-se a devida autorização para a dissolução da Sociedade.
1973 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
1974 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----
1975 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
1976 referindo que se trata de um assunto caro, que o têm vindo a levantar desde a
1977 primeira hora. Desde 2009, altura em que foi eleito Vereador do PS na
1978 Câmara Municipal, sempre tentou esclarecer esta questão da PPP. Pensa que
1979 quem devia estar a responder hoje era o seu antecessor, Álvaro Amaro,
1980 porque ele apontou esta obra como “a maior obra de Regeneração Urbana
1981 alguma vez feita em Gouveia”. O que era uma obra de grande envergadura
1982 virou estaleiro e escombros, quer dizer que a “montanha pariu um rato”!-----
1983 Quanto à dissolução da Gouveinova não podiam estar mais de acordo. Sempre
1984 o reclamaram, desde a primeira hora. Quando tomou posse nesta Assembleia
1985 em 2013, foi um dos primeiros assuntos que abordou e pediu para que se
1986 esclarecesse e que se pusesse fim a esta Sociedade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1987 Se a Parceria não cumpriu os objetivos, não faz sentido a sua existência. A
1988 inatividade por mais de dois anos, segundo o Código das Sociedades
1989 Comerciais, estipula claramente isso, para por mais de dois anos, dissolve-
1990 se e, portanto, vamos procurar os mecanismos para isso, o que quer dizer que
1991 já o podiam ter feito há muito tempo.-----
1992 Agora, é necessário tirar as ilações políticas e encontrar os responsáveis por
1993 esta “obra faraónica”, “megalómana”, independentemente de concordarem
1994 com a dissolução da empresa há muitos anos e, por isso, votam
1995 favoravelmente.-----
1996 No entanto, é preciso esclarecer algumas dúvidas. Assim vejamos:-----
1997 Quando é que esta obra surge? É assinado o contrato em 30 de junho de 2009.
1998 Em 10 de Setembro de 2009, o Conselho de Administração, de que era
1999 Presidente Luís Tadeu, decidiu, por unanimidade, avançar com as primeiras
2000 obras. Não foi levantada a situação do financiamento, “avance-se mesmo sem
2001 haver qualquer garantia financeira”. Está na Ata. E surge nesta altura esta
2002 decisão, porque em outubro foram as eleições autárquicas, andaram a
2003 enganar.-----
2004 Em 20 de outubro de 2009, regista-se mais uma vez, e há a consciência que
2005 aquilo não tem “pernas para andar”, foi decidido que enquanto não houvesse
2006 dinheiro não se fazia mais nada. Mas, entretanto, o “carro já estava em
2007 marcha”, pois foi aprovado, por unanimidade, avançar com as obras e com os
2008 projetos.-----
2009 O Senhor Deputado referiu que está naquele órgão para defender o Município
2010 e os munícipes, não lhe interessa os privados e é preciso esclarecer todo este
2011 processo.-----
2012 Em 20 de março de 2009, são apresentados os projetos no Conselho de
2013 Administração e remetidos ao Município para apreciação.-----
2014 Em 19 de março de 2012, é pela primeira vez ponderada a dissolução da
2015 empresa. Desde 2012 a 2016 decorreram quatro anos. Havia uma clara
2016 consciência de que não havia financiamento para a obra e andaram a enganar
2017 este tempo todo.-----
2018 Em 3 de junho de 2013 a empresa MRG envia cartas solicitando pagamentos
2019 pelos projetos e trabalhos realizados pela empresa. Apresenta uma fatura no
2020 Conselho de Administração. Por unanimidade, o Conselho de Administração
2021 considera um valor exagerado, pelo que solicitam ao seu Presidente, Luís
2022 Tadeu, para negociar. Na reunião seguinte, foram dadas a conhecer as
2023 negociações, ou seja, ao valor apresentado inicialmente, foram retirados
2024 16.000,00 euros. No entanto, o valor exigido, na fatura apresentada no
2025 Conselho de Administração, era de 620.000,00 euros, o que foi aceite pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2026 Conselho, consta da ata. Ou seja, há consonância no Conselho de
2027 Administração sobre a atitude e comportamento perante umas obras e perante
2028 projetos.-----
2029 Em 1 de agosto de 2013, Álvaro Amaro comete uma “sacanice” para com os
2030 Vereadores Socialistas, porque a MRG, como vê que através da Gouveinova
2031 não consegue resolver o problema, envia a fatura à Câmara no valor de
2032 740.000,00 euros! Essa fatura nunca foi apresentada em reunião de Câmara!
2033 Isto significa uma indelicadeza, falta de carácter! Esconder faturas! Era dever
2034 desse Senhor, que não tem carater nenhum, dizer, “eu acabo de receber esta
2035 fatura, vamos ver como vamos resolver o problema”. Mas não, resolveu
2036 escondê-la. Pois eram outra vez eleições. Vamos esconder a fatura e deixar
2037 passar as eleições!-----
2038 Há questões que têm que ser respondidas e agradece ao Senhor Presidente da
2039 Câmara e todos os presentes estão de acordo com a dissolução, mas não
2040 podem ter dúvidas no que estão a fazer.-----
2041 Assim, pergunta:-----
2042 Existe alguma carta ou documento que responsabilize o Município no
2043 pagamento de projetos/obras realizadas nos Bellinos?-----
2044 Quem vai pagar a dívida de 740.000,00 euros reclamada pela MRG? Pois no
2045 Conselho de Administração concordaram em avançar com as obras e projetos.
2046 As obras realizadas são da responsabilidade da empresa privada MRG, ao
2047 contrário do que lhes foi dito na reunião de Câmara, que não é pública, é
2048 privada. Então, se é privada, pergunta novamente, quanto pagou a MRG de
2049 taxas pela ocupação da via pública? Há seis anos que a MRG deve à Câmara
2050 Municipal de Gouveia as taxas de ocupação da via pública, pois se é privada,
2051 têm que pagar as taxas.-----
2052 Das intervenções havidas na antiga Fábrica Bellino, foram retiradas as
2053 estruturas férreas de grande valor arquitetónico, desapareceram, as quais são
2054 indispensáveis à requalificação do espaço e da memória dos lanifícios. Elas
2055 têm que aparecer pois são propriedade do Municípios e se vamos recuperar
2056 aquele espaço, estas estruturas metálicas são parte integrante da antiga fábrica
2057 Bellino. Fazem parte da nossa memória e reclama-as, estejam onde estiverem.
2058 Só pode ter sido alguém que fez as obras, certamente.-----
2059 A questão que se coloca é a dissolução amigável. Seria de facto a solução,
2060 mas não crê que MRG queira apontar para uma solução dessa natureza, pois
2061 quem reclama 740.000,00 euros, vai agora abdicar deste valor? – Perguntou.--
2062 Para não falar nas taxas que a MRG tem que pagar à Câmara, durante seis
2063 anos, relacionado com a ocupação de uma rua inteira ocupada com materiais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2064 de obras. Até foram os Vereadores do PS que pediram para encolher aqueles
2065 taipais.-----

2066 Estamos, portanto, na presença de uma fraude eleitoral, em 2009, de grande
2067 irresponsabilidade. Quem devia ser responsável era Álvaro Amaro. Quem
2068 devia estar aqui a dar as explicações era Álvaro Amaro, enquanto grande
2069 arquiteto desta grande obra faraónica, de vendedor de sonhos e de embuste
2070 eleitoral. E por isso mesmo estão de acordo com a dissolução da Gouveinova.
2071 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
2072 questionando por que motivo o parecer foi solicitado a um Jurisconsulto, por
2073 mais conceituado que seja, e não à CCDRC através dos seus serviços
2074 jurídicos.-----

2075 Sobre este processo tortuoso, que até certo ponto deveria envergonhar quem o
2076 protagonizou, também esteve presente naquela cerimónia dos Bellinos, onde o
2077 Dr. Álvaro Amaro protagonizou “aquele número” com as operárias desta
2078 fábrica, às quais transmitiu que finalmente iriam receber a indemnização e
2079 procedeu ao lançamento da 1.ª Pedra da obra da parte de baixo dos Bellinos,
2080 onde até enterrou um diploma com o seu nome. Uma trapalhada que não deu
2081 em nada, serviu apenas para ganhar eleições. Assim, solicitou ao Senhor
2082 Presidente da Câmara que retire esse diploma colocado pelo anterior
2083 Presidente de Câmara, ou então, manter-se caso seja para avançar com a obra.
2084 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS)
2085 referindo que ficou esclarecida com as explicações do Senhor Presidente da
2086 Câmara e com os Senhores Deputados, dado que alguma informação não
2087 tinha presente. Tinha a documentação enviada e algumas memórias dessa
2088 altura e as suas memórias advêm daquilo que saiu na comunicação social
2089 sobre esta intervenção.-----

2090 Na sessão de 30/06/2014, procederam à dissolução da Gaventur. De facto
2091 lembra-se de referir que o PSD não se dá bem com as empresas público-
2092 privadas e esta é mais um exemplo disso, do insucesso, do fracasso da
2093 estratégia escolhida pelo PSD para este concelho. Falava-se em
2094 transformação, transformação, quase que houve a ilusão que nessa
2095 transformação até Gouveia mudaria geograficamente, tal era a profundidade
2096 dessa transformação.-----

2097 Na política temos que nos habituar a assumir responsabilidades. Há uma
2098 estratégia, falhou, temos que as assumir. É isso que deve acontecer. Mas o
2099 que repara neste documento, na proposta da Gaventur a justificação era que o
2100 fracasso foi devido a situação económica do país, esta diz claramente que “em
2101 virtude dos sócios privados não terem conseguido a respetiva viabilização
2102 económico-financeira.” São os privados. Mas a empresa não foi ideia dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2103 privados, a empresa foi estratégia de um executivo, foi equacionada por um
2104 executivo e a responsabilidade, em primeira instância, é de quem teve a ideia
2105 e de quem a vendeu a todos nós. É bom assumir as responsabilidades daquilo
2106 que se faz e dos erros que se cometem. Faz parte na vida pessoal, como faz
2107 parte com certeza na vida política e das escolhas que se fazem ao nível do
2108 Município.-----
2109 Esta questão das dificuldades financeiras, pensa que em 2009 já se tinha
2110 conhecimento desse facto, pelo que a questão financeira pensa que é uma
2111 falsa questão.-----
2112 Agora de 2012 a 2016, demorou muito tempo a decisão de extinção.-----
2113 Pensa que o privado não está de acordo com esta decisão e exige um
2114 montante. O que é que foi gasto ou que foi feito para originar este valor de
2115 700.000,00 euros? – Perguntou.-----
2116 Questionou o motivo de ter sido solicitado o parecer à Faculdade de Direito,
2117 há dúvidas relativamente à solução de encerramento da empresa? -
2118 Perguntou.-----
2119 Da maneira como o Senhor Presidente da Câmara explicou a questão da não
2120 responsabilidade da Câmara, dos compromissos assumidos pelos privados e
2121 dos riscos que os privados devem assumir, fica convencida que devem fazer
2122 mais PPP, pois o risco é todo dos privados. Não compreende a celeuma das
2123 PPP, deveriam ser feitas mais, porque o Público não tem nada a arriscar, os
2124 outros fazem a obra, exigem e nós nada com isso! – Concluiu.-----
2125 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo
2126 (CDU) referindo que votará a favor a extinção da Gouveinova. Depois de
2127 ouvir o Senhor Presidente e os Senhores Deputados considera que isto se trata
2128 de uma jogada das PPP. Se desaparecem coisas é um caso de polícia. Tem que
2129 começar a haver responsabilidade política. Cidadania o que é cidadania,
2130 polícia o que é polícia. Há coisas que não se entendem. Votará a favor, mas
2131 estará ao lado de quem queira averiguar as responsabilidades políticas destas
2132 situações.-----
2133 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que, quando
2134 em 2008 se avançou para esta possibilidade de prossecução da Parceria, tal se
2135 de à não existência de meios de financiamento para se realizar a
2136 requalificação dos espaços. Nessa altura havia Programas Polis, mas Gouveia
2137 não teve e como não teve houve aquela possibilidade de se efetuar a PPP
2138 tendo por objetivo as requalificações. Foi um instrumento previsto na Lei e
2139 foram adotados os passos necessários para ela.-----
2140 A partir sobretudo de 2011, o sistema bancário fechou as disponibilidades de
2141 financiamento para estas Parcerias. Se esta Parceria assentava nesta realidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2142 financeira que, ou o Privado tinha de modo próprio ou se obrigou a obter por
2143 recurso à Banca, mas isso é claro no próprio procedimento. Era obrigação do
2144 Privado alcançar os mecanismos para a viabilidade financeira desta operação,
2145 o que não aconteceu.-----
2146 E, por isso, é que a questão do pagamento de projetos e obras, no valor
2147 aproximado de 740.000,00 euros não é, de acordo com aquilo que estava no
2148 procedimento concursal e de acordo com as regras do direito comunitário,
2149 risco que incumba ao ente Público, mas risco que assume o ente privado.
2150 Nessa medida, foi solicitado o Parecer a um especialista nesta área, porque a
2151 CCDRC não tem especialista em PPP e, por isso, procurou-se que fosse mais
2152 balizada relativamente a esta matéria. De acordo com o Parecer, a Câmara não
2153 aceita assumir responsabilidades destes encargos, porque decorrem do risco
2154 assumido pelo privado e que ele não alcançou e isso está previsto nas Regras
2155 das PPP aliás, como os Senhores Vereadores poderem verificar no parecer
2156 que lhes foi entregue.-----
2157 Esta é a nossa posição, não por uma questão de vontade ou birra, mas uma
2158 questão legal, de acordo com aquilo que alguém que é especialista na matéria
2159 e de acordo com a legislação nos diz que é o caminho correto, e é aquilo que
2160 defendemos.-----
2161 Quanto à questão das estruturas metálicas, não sabe o seu paradeiro,
2162 provavelmente algumas estão no interior do edifício.-----
2163 Respondendo à Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS), sobre o fracasso
2164 da estratégia, politicamente pode entender assim, é o seu direito. Mas, tal
2165 como acabou de dizer, foi uma estratégia seguida e definida de boa fé
2166 tendente a alcançar o resultado daquelas intervenções por não haver naquele
2167 momento nenhum Quadro Comunitário ou Programa POLIS para Gouveia.
2168 Face àquelas intervenções que se entendiam ser necessárias e
2169 reconhecidamente necessárias por todos, entendeu-se que esta seria uma via
2170 possível. Esta via legal, prevista por Lei e tendente a um determinado objetivo
2171 que era a requalificação daqueles espaços. A estratégia fracassou, porque não
2172 houve viabilidade financeira para a colocar em marcha. Ao submeter esta
2173 proposta quiseram estar previamente certos e cientes daquilo que legalmente
2174 podemos ou não fazer. Para estarem esclarecidos aqui se traz esta proposta
2175 que foi elaborada pelo próprio Jurisconsulto que igualmente elaborou o
2176 parecer. Foi definitivamente uma estratégia que podia ter corrido bem se as
2177 condições económicas-financeiras tivessem proporcionado a viabilidade para
2178 essas acções. Uma estratégia de requalificação de espaços na cidade de
2179 Gouveia, projetos que agora estamos a apresentar. Felizmente hoje temos essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2180 possibilidade ao termos sido considerados um “concelho de nível superior”,
2181 que vai permitir essas intervenções.-----
2182 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
2183 questionando uma vez mais acerca da existência da “Carta-Compromisso”,
2184 segundo a qual a Câmara se compromete ao pagamento das obras e projetos.--
2185 Relativamente às taxas, é uma obra privada, como tal está sujeita a taxas.
2186 ----- Respondeu o Senhor Presidente dizendo que existe uma “Carta
2187 Compromisso” que foi aprovada em reunião de Câmara e assinada. Este
2188 documento tinha que ver com a possibilidade de haver redução do objeto da
2189 Parceria e a Câmara ficar com a possibilidade de solicitar os projetos caso
2190 entendesse, porque os projetos seriam sempre da Parceria, se a Câmara
2191 quisesse continuar com esses projetos de requalificação então teria que os
2192 comprar.-----
2193 A questão das taxas, sendo uma sociedade privada, teria que as pagar. No
2194 entanto, tratando-se de obras num espaço público, tudo aquilo que fosse gasto
2195 para o desenvolvimento das ações seria pago pelo ente público ao longo de 15
2196 anos, através de rendas, a coberto do direito de superfície que seria cedido.
2197 Era com essas rendas que a Gouveinova pagaria todas essas despesas,
2198 incluindo as taxas. Entendeu-se que não faria sentido, não pela questão
2199 estritamente legal, estar a cobrar algo que a Câmara iria pagar novamente no
2200 fim, acrescido de juros. As rendas que a Câmara iria pagar à Gouveinova
2201 tinha que ver com os encargos e juros decorrentes do empréstimo bancário ou
2202 dos capitais da empresa. Por razões de objectividade, de bom senso, e dado
2203 que era uma intervenção num espaço publico, que iria sempre continuar a ser
2204 público, uma obra do interesse municipal, em prédios públicos e
2205 requalificação dos espaços, entendeu-se não cobrar as taxas, pois o ganho era
2206 sempre público.-----
2207 ----- Não se verificando mais nenhuma intervenção por parte dos Membros
2208 da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a
2209 **“Proposta de Extinção da Participação do Município de Gouveia na**
2210 **GOUVEINOVA S.A. e Dissolução da Sociedade”**, que a seguir se reproduz,
2211 tendo sido deliberado o seguinte:-----
2212 **“Considerando que:**
2213 *A Gouveinova, S.A., não desenvolveu as atividades para que foi constituída,*
2214 *não logrando atingir os objectivos que estiveram subjacentes à sua*
2215 *constituição, em virtude de os sócios privados não terem conseguido a*
2216 *respetiva viabilização económico-financeira. Responsabilidade que*
2217 *assumiram integralmente no contexto do processo de adjudicação e de*
2218 *formação da parceria. Esta razão constitui objetivamente uma das causas de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2219 *dissolução da Sociedade, quer nos termos da Lei n.º 50/2012, quer nos*
2220 *termos do Código das Sociedades Comerciais. Causa cuja existência já foi*
2221 *inclusivamente ponderada pela própria Assembleia Geral da Sociedade.*
2222 *Assim sucedeu na reunião de 19 de março de 2012, em que foi discutida a*
2223 *“possível dissolução da sociedade se o quadro económico-financeiro geral se*
2224 *mantiver” (cfr. a Acta n.º 9).*

2225 *Legalmente, a dissolução da Sociedade impõe-se por dois motivos*
2226 *fundamentais:*

2227 *- Por razões de interesse público, na medida em que o Município de Gouveia*
2228 *não pode manter a sua participação social numa sociedade cuja existência já*
2229 *não serve o interesse público municipal;*

2230 *- Por imposição do Código das Sociedades Comerciais, estabelecendo o*
2231 *artigo 142º, relativo às “Causas de dissolução administrativa ou por*
2232 *deliberação dos sócios”, que: “1 – **Pode ser requerida a dissolução***
2233 ***administrativa da sociedade** com fundamento em facto previsto na lei ou no*
2234 *contrato e **quando**: a) Por período superior a um ano, o número de sócios for*
2235 *inferior ao mínimo exigido por lei, excepto se um dos sócios for uma pessoa*
2236 *colectiva pública ou entidade a ela equiparada por lei para esse efeito; b) **A***
2237 ***atividade que constitui o objecto contratual se torne de facto impossível;** c)*
2238 ***A sociedade não tenha exercido qualquer atividade durante dois anos***
2239 ***consecutivos. É o que sucede com a Gouveinova, S. A., impondo-se,***
2240 *consequentemente, proceder em conformidade.*

2241 ***Com base nos fundamentos anteriores, delibera a Assembleia Municipal de***
2242 ***Gouveia, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor e uma (1)***
2243 ***abstenção, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de***
2244 ***Gouveia, o seguinte:***

2245 ***1. Aprovar que se adopte, em primeiro lugar, o procedimento voluntário de***
2246 ***dissolução da Sociedade Gouveinova, S. A., nos termos do artigo 145.º do***
2247 ***Código das Sociedades Comerciais, segundo o qual a dissolução não***
2248 ***depende de forma especial, apenas se exigindo uma deliberação dos sócios***
2249 ***em assembleia geral (n.º 1) e especificamente para as sociedades anónimas o***
2250 ***artigo 464.º (a deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada nos***
2251 ***termos previstos no artigo 383.º, n.ºs 2 e 3, e no artigo 386.º, n.ºs 3, 4 e 5).***

2252 ***Mais se delibera mandar o Presidente da Câmara Municipal para dar***
2253 ***seguimento a todos os procedimentos legais que, para o efeito, se afigurem***
2254 ***adequados, para, em seu seguimento, ser proposta à Assembleia Municipal a***
2255 ***respetiva aprovação.***

2256 ***2. Caso aquele procedimento não obtenha, entretanto, a anuência do sócio***
2257 ***privado, a Assembleia Municipal delibera, desde já, no sentido de extinguir a***



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2258 *sua participação social na Gouveinova, S. A., e requerer administrativamente*
2259 *a dissolução da Sociedade.*

2260 **3. Delibera ainda a Assembleia Municipal que, considerando os termos das**
2261 *peças procedimentais do concurso realizado e a conseqüente*
2262 *responsabilidade assumida MRG – Engenharia e Construção, S.A., na*
2263 *viabilização económico-financeira da Sociedade, objetivo que nunca*
2264 *conseguiu, as despesas que esta Sociedade agora invoca não devem ser*
2265 *transferidos para a Gouveinova, S. A., por tecnicamente não constituírem*
2266 *custos/despesas desta Sociedade. Tecnicamente são custos assumidos pela*
2267 *MRG – Engenharia e Construção, S.A., enquanto riscos que esta assumiu, na*
2268 *qualidade de sócio privado, na viabilização económico-financeira do*
2269 *projecto que constituía o objecto da Sociedade.*

2270 **4. Consequentemente, mais delibera a Assembleia Municipal, na qualidade**
2271 *de sócio minoritário titular de 49% do capital social, que aquelas alegadas*
2272 *despesas, para além de não serem imputáveis à Gouveinova, S. A., nunca e*
2273 *em caso algum poderão, a qualquer título, ser imputáveis ao Município.*

2274 **5. Delibera deste modo a Assembleia Municipal aprovar a extinção da**
2275 *participação social do Município de Gouveia na Gouveinova, S. A., e que se*
2276 *proceda ao processo administrativo de dissolução da Sociedade, mandando*
2277 *o Presidente da Câmara Municipal para dar seguimento a todos os*
2278 *procedimentos legais que, para o efeito, se afigurem adequados.”*

2279 **Ponto 4 – Discussão e Votação da Proposta Discussão e Votação da**
2280 **Proposta de “Regulamento de Apoio e Fomento das Associações**
2281 **Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de**
2282 **Gouveia”**

2283 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2284 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de
2285 trabalhos.-----

2286 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que com este
2287 Regulamento se pretende dar um estímulo ao voluntariado, sobretudo os mais
2288 jovens, incentivando-os a participar nas corporações de bombeiros do
2289 concelho. É concretizado através de um conjunto de medidas de estímulo ao
2290 voluntariado, nesta nobre missão de servir o próximo sem olhar a quê e a
2291 quem. No art.º 4.º estabelece um conjunto de medidas, onde não pretendemos
2292 esgotar todas as possibilidades de apoios, mas iniciar um processo de
2293 estímulo a este voluntariado com medidas concretas e que se destinam a que
2294 mais jovens possam participar e colaborar com as corporações de bombeiros.
2295 Medidas de apoio como: redução de taxas de licença de construção; utilização
2296 de equipamentos propriedade do Município; na tarifa da água aplicando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2297 tarifa social; na participação de espectáculos culturais e desportivos; bem
2298 como o benefício na prioridade de atribuição de habitações sociais. É ainda
2299 criado um conjunto de bolsas de estudo com um valor mensal e desta forma,
2300 estaremos a contribuir para incentivar o voluntariado dos mais jovens nestas
2301 associações.-----
2302 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
2303 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----
2304 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia António Cabral (PS)
2305 referindo o seguinte:-----
2306 *“A proposta apresentada é indicativa de um caminho de mais e melhor*
2307 *atenção às pessoas, às suas dificuldades e problemas concretos e tem um*
2308 *sentido sócio-familiar capaz de retribuir algum bem do muito, do imenso que*
2309 *as corporações de bombeiros voluntariamente realizam em favor de toda a*
2310 *comunidade.*-----
2311 *Por isso, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta e*
2312 *congratula-se com a sua efetiva aplicação.*-----
2313 *Dito isto, é nosso entendimento que a porta que se abre é muito estreita e*
2314 *uma política de largo alcance social no nosso concelho tem de olhar também*
2315 *para as mulheres e homens que de modo gratuito, voluntário, permanente no*
2316 *quadro de instituições de solidariedade, de associações sem fins lucrativos e*
2317 *outras formas organizadas de voluntariado dão da sua vida e do seu tempo,*
2318 *muitas vezes com sacrifício e prejuízo próprio e familiar servindo livre e*
2319 *generosamente as pessoas das nossas comunidades.*-----
2320 *Sem que isto signifique retirar a primazia da ação voluntária às corporações*
2321 *de bombeiros, nem apoucar o valor supremo dos serviços prestados,*
2322 *solicitamos o alargamento dos benefícios a tantas e tantos outros voluntários*
2323 *que nas diversas instituições servem as pessoas.*-----
2324 *As instituições que enquadram estes voluntários poderão testemunhar a*
2325 *idoneidade e garantir o rigor de critérios para a atribuição dos deveres,*
2326 *direitos e regalias.*-----
2327 *Se tal acontecer, de indicativa, a proposta passará a relevante no contexto de*
2328 *uma política social e comunitária para as pessoas do nosso concelho e com*
2329 *isto é Gouveia que fica a ganhar.”*-----
2330 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia
2331 congratulando-se com a proposta de Regulamento. É um estímulo e o
2332 incremento ao voluntariado numa área tão nobre como é a causa dos Soldados
2333 da Paz. Não havendo grande agravamento em termos orçamentais, seria bom
2334 que se pudesse alargar este regulamento ao âmbito associativo como estímulo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2335 à participação dos jovens na vida da comunidade, no âmbito das suas
2336 coletividades e associações, usufruindo de semelhantes direitos.-----
2337 Em relação às formulações e substância da proposta tem algumas dúvidas,
2338 pelo que colocou as seguintes sugestões:-----
2339 - n.º 1 do art.º 2.º, sugeriu acrescentar a 14 anos, o termo “idade”, pois pode
2340 induzir a 14 anos de atividade como bombeiro.-----
2341 - n.º do art.º 6.º (cartão de identidade pessoal), não sabe se será relevante que
2342 seja válido por 3 anos, é de opinião que devia coincidir com o espaço
2343 temporal do mandato, no entanto, sugeriu que possa ser renovado
2344 automaticamente, anualmente, retirando os benefícios aos bombeiros que
2345 incorram nas situações de inatividade no Quadro ou incorra na sanção
2346 prevista no n.º 2 do art.º 2.º, se a pessoa tiver algum tipo de castigo ou
2347 processo disciplinar, neste caso não se justifica que usufrua das regalias.-----
2348 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que se pretendem
2349 distinguir neste Regulamento uma função nobre, ou se distingue ou se
2350 massifica. E se a vão massificar ou alargar a todos os voluntários que servem
2351 as IPSS, as associações culturais, desportivas, etc. com a quantidade de
2352 associações que existem nas freguesias e na sede do concelho, quase de
2353 certeza que vão abranger uma parte significativa da população do concelho e
2354 isso não era distinguir a função específica deste Regulamento. Houve essa
2355 análise e entenderam, por bem, que neste caso deviam distinguir o
2356 voluntariado das Associações Humanitárias de Bombeiros.-----
2357 Relativamente às sugestões do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de
2358 Gouveia, foi de seguida introduzida a palavra “idade”. Quanto ao outro
2359 conjunto de situações, as mesmas são mais de redacção, não alterando
2360 substancialmente os princípios fundamentais que estão elencados no projeto
2361 de Regulamento, pelo que foram aceites.-----
2362 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que,
2363 após as explicações do Senhor Vice-Presidente e as intervenções dos
2364 Senhores Deputados, colocou à votação a **Proposta de “Regulamento de**
2365 **Apoio e Fomento das Associações Humanitárias de Bombeiros**
2366 **Voluntários do Concelho de Gouveia”**, tendo sido a mesma aprovada, por
2367 unanimidade, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da
2368 Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
2369 **Ponto 5 – Discussão e Votação do Pedido de Concessão de Isenção do**
2370 **Pagamento de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas**
2371 **de Imóveis (IMT) para apoio a investimento realizado na área**
2372 **do Município, formulado pela Empresa - IOLine**
2373 **Research&Development Lab**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2374 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2375 autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar o ponto da
2376 ordem de trabalhos.-----

2377 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente da Câmara referindo que a
2378 proposta apresentada, aprovada em reunião de Câmara, considera-a meritória
2379 e bem enquadrada legalmente. É meritória porque a legislação é omissa
2380 relativamente a este assunto, para além de ser subjetiva.-----

2381 Deixou registado o alerta à Assembleia Municipal que ao decidirem hoje pela
2382 primeira vez relativamente a esta situação, ela vai servir de base para futuras
2383 decisões que venham a tomar relativamente a este assunto, aliás a proposta
2384 deixa já alguns indicadores relativamente ao que deve acontecer no futuro em
2385 função daquilo que seja o investimento.-----

2386 Relativamente à empresa em si, ela é sobejamente conhecida. O imóvel que
2387 está em causa é o antigo pavilhão da Gouvirex, que se encontra abandonado.
2388 Quanto mais não fosse, pela requalificação de um espaço à entrada de
2389 Gouveia, entenderam que merecia o apoio da Autarquia. De facto, são
2390 10.000,00 euros que estão a abdicar, em termos de taxas para o Município,
2391 mas se nada for feito aí é que não se arrecada nada e, se a empresa se fixar, se
2392 desenvolver e criar ainda são mais postos de trabalho, desenvolver ainda mais
2393 aquela área, só por si vale a pena e entende que o Município deve abdicar
2394 desta participação.-----

2395 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as
2396 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

2397 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)
2398 referindo que tudo o que seja para o investimento a bancada do PS apoia. No
2399 entanto, tem que ter algum controlo sobre os apoios que dão. Não pode estar
2400 mais de acordo que, em relação a um imóvel degradado, que o investidor vai
2401 comprar por 140.000,00 euros, vai poupar 10.200,00 euros, tem algum peso,
2402 algum significado e é um grande apoio. Para além de reconhecer que é um
2403 trabalho bem feito, pois é a primeira vez que é dado a conhecer os montantes
2404 de apoio à isenção de IMT, e surgem de facto condições, prazos, criação de
2405 postos de trabalho.-----

2406 Mas, este processo, tem que ter um controlo, pois não vão estar a fazer
2407 isenções de IMT, ano após ano, a entidades, sem saberem se depois esses
2408 investimentos são feitos.-----

2409 Por exemplo, em 2012, a Câmara de Gouveia isentou de IMT a empresa
2410 Refrige. Alguém conhece o investimento feito através dessa isenção? Nem
2411 souberam indicar qual o valor da isenção. Hoje já sabemos. Era importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2412 saber se aquilo que isentam está ou não a ser cumprido. Também em 2012, a
2413 Assembleia isentou de IMT uma fábrica de tractores, em S.Paio.-----
2414 Estamos a isentar empresas que temos a obrigação de ser informados e para
2415 isso tem que haver um acompanhamento dos serviços municipais se foram
2416 cumpridos os requisitos. Não podem estar mais de acordo com esta isenção,
2417 mas exigem que haja controlo, acompanhamento para que não estejamos a
2418 defraudar os cofres do Município para fazer favores a este ou aquele.-----
2419 Assim, solicitou ao Senhor Vice Presidente que lhes faça chegar na próxima
2420 Assembleia as seguintes informações:-----
2421 Em relação à empresa Refrige e fábrica de tractores de S.Paio, isentados de
2422 IMT em 2012, quais os investimentos concretizados, quantos postos de
2423 trabalho criados e qual foi o montante que o Município foi lesado com estas
2424 isenções.-----
2425 ----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente referindo que a legislação foi
2426 alterada. Os dois casos que referiu não têm nada a ver com este, por isso
2427 referiu que estavam a dar um primeiro passo. A legislação que existe não é
2428 linear, não dá pistas sobre o percurso a criar. Tivemos nós e tivemos que
2429 delinear e apontar o caminho. A anterior legislação aprovava a isenção,
2430 abdicava e nunca se sabia quanto era o valor da isenção. Agora, como está em
2431 causa o Município, teve de se traçar regras e objetivos para futuras decisões.
2432 Dos casos passados não sabe do montante abdicado, mas concordamos que
2433 devíamos isentar ou reduzir o imposto, mas não sabíamos o montante de que
2434 abdicávamos.-----
2435 ----- Retorquiu o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo que está
2436 de acordo com a isenção proposta, pois sabem quanto é o valor do
2437 investimento e os postos de trabalho a criar. Quanto aos dois casos que
2438 referiu, pretende saber quantos postos de trabalho foram criados quer na
2439 Refrige, como na Fábrica de Tractores.-----
2440 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
2441 colocando à votação o **“Pedido de Concessão de Isenção do Pagamento de**
2442 **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para**
2443 **apoio a investimento realizado na área do Município, formulado pela**
2444 **Empresa - IOline Research&Development Lab”**, tendo sido deliberado o
2445 seguinte:-----
2446 **1. Enquadramento legal do pedido**
2447 *O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais*
2448 *(adiante designado por RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de*
2449 *setembro, na sua atual redação, consagra, no seu artigo 15.º, o conjunto dos*
2450 *poderes tributários dos municípios, de entre os quais se encontra o previsto*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2451 *na alínea d), quanto à concessão de isenções e benefícios fiscais de tributos*
2452 *próprios em que se inclui o IMT, condicionado nos termos dos n.ºs 2 e 9 do*
2453 *artigo 16.º.*

2454 *Assim, de acordo com o n.º 2 deste artigo, a Assembleia Municipal pode, por*
2455 *proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que*
2456 *inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou*
2457 *parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. Por sua vez, o*
2458 *n.º 9 dispõe que “Nos termos do princípio da legalidade tributária, as*
2459 *isenções totais ou parciais previstas no presente artigo apenas podem ser*
2460 *concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e*
2461 *condições para a sua atribuição.”*

2462 *Ora, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2016, aprovado*
2463 *pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, foi alterado o artigo 14.º do RFALEI,*
2464 *sendo que, de acordo com a nova redação da alínea b), passa a constituir*
2465 *receita dos municípios o produto da cobrança do IMT, e, nos termos do*
2466 *artigo 195.º foi aditado ao Código Fiscal do Investimento (CFI), aprovado*
2467 *em anexo ao DL n.º 162/2014, de 31 de outubro, o artigo 23.º-A, normativo*
2468 *que veio permitir, efetiva e legalmente, aos órgãos municipais -mediante*
2469 *deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal -*
2470 *concederem isenções e benefícios fiscais numa lógica de apoio ao*
2471 *investimento realizado na área do Município, desde que preenchidos os*
2472 *requisitos cumulativos previstos no CFI, em particular no artigo 22.º, que*
2473 *estabelece o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) concretizando*
2474 *assim parcialmente o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI.*

2475 *Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do CFI, por remissão do disposto no n.º 1 do*
2476 *artigo 22.º do RFAI, os projetos de investimento abrangidos pelo RFAI devem*
2477 *ter o seu objeto compreendido, nomeadamente nas seguintes atividades*
2478 *económicas: “a) Indústria extrativa e indústria transformadora; b) Turismo,*
2479 *incluindo as atividades com interesse para o turismo; c) Atividades e serviços*
2480 *informáticos e conexos; d) Atividades agrícolas, aquícolas, piscícolas,*
2481 *agropecuárias e florestais; e) Atividades de investigação e desenvolvimento e*
2482 *de alta intensidade tecnológica; f) Tecnologias da informação e produção de*
2483 *audiovisual e multimédia; g) Defesa, ambiente, energia e telecomunicações;*
2484 *h) Atividades de centros de serviços partilhados.”*

2485 *Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo 2.º, os códigos de atividade*
2486 *económica (CAE) correspondentes às atividades referidas no n.º 2 estão*
2487 *definidos na Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro.*

2488 *Para além dos outros requisitos formais elencados no n.º 4 do mesmo artigo*
2489 *22.º, exige-se, de acordo com as alíneas. f) e c) – que o investimento relevante*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2490 *tenha associado a criação e manutenção de postos de trabalho durante 3 ou 5*
2491 *anos.*

2492 *Por seu lado, a Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro, que regulamenta*
2493 *determinados aspetos do RFAI, compatibilizando-os com legislação europeia*
2494 *(Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho – Regulamento Geral de*
2495 *Isenção por Categoria – RGIC) – prevê, no artigo 2.º, n.º 2, alínea d), que os*
2496 *benefícios fiscais elencados no artigo 23.º do CFI, onde se inclui a isenção de*
2497 *IMT, se aplicam tanto à criação de novos estabelecimentos como ao aumento*
2498 *da capacidade de um estabelecimento já existente. A conjugação dos*
2499 *pressupostos acima enunciados associada ao poder discricionário conferido*
2500 *aos órgãos municipais para o reconhecimento daquilo que se entende por*
2501 *«investimento relevante» evidencia a necessidade de definição objetiva de*
2502 *indicadores que permitam ao Município considerar a relevância do*
2503 *investimento para este efeito, e em consonância definir o benefício a atribuir.*
2504 *Foram considerados, para este efeito, os seguintes pressupostos:*

2505 *a) O reconhecimento, por parte do Município de Gouveia da necessidade*
2506 *de fixação de investimento produtivo na área do concelho, e a*
2507 *importância que a atribuição de benefícios fiscais pode revestir na*
2508 *decisão das empresas, por um lado, mas, igualmente o facto de estar em*
2509 *causa uma despesa fiscal suportada pelo Município e, indiretamente,*
2510 *pelo conjunto de munícipes, sujeitos passivos do imposto;*

2511 *b) Na falta de concretização pelo legislador do que pode ser considerado*
2512 *como “investimento relevante” e do número de postos de trabalho a*
2513 *criar, propõe-se, como investimento mínimo com interesse para o*
2514 *Concelho, o valor mínimo de € 56.114,83 correspondente a,*
2515 *aproximadamente, o volume de negócios médio das empresas do*
2516 *concelho de Gouveia no ano de 2014, e o acréscimo mínimo de dois*
2517 *postos de trabalho, sendo o benefício fiscal a atribuir majorado, da*
2518 *isenção parcial de 50% até ao máximo de 100% (total), nos seguintes*
2519 *termos:*

<i>Volume de negócios total</i>	<i>N.º empresas total</i>	<i>Volume de negócios médio</i>
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3=1/2</i>
<i>67 562 253€</i>	<i>1204</i>	<i>56 114 83€</i>

*Fonte: INE –Dados relativos a 2014- Atividade económica Divisão CAE Ver. 3–
Gouveia, atualizados 17.03.16*

2520

Reconhecimento de benefício fiscal - Isenção de IMT (RFAI)			
<i>Indicadores</i>	<i>Benefício fiscal - Isenção</i>		
	<i>Parcial 50%</i>	<i>Parcial 75%</i>	<i>Total 100%</i>



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Valor do investimento	> 56 114 83 €	> 120 000 €	> 180 000 €
Criação líquida de postos de trabalho no Concelho – n.º de trabalhadores com contrato de trabalho sem termo	≥ 2	≥ 4	≥ 6

2521 (\geq maior ou igual que)

2522 **2. Análise do pedido**

2523 A sociedade por quotas IOline Lda., pessoa coletiva n.º 504188534, com
2524 sede em Edifício Varandas da Serra, Lote 1ª, Loja A, Urbanização Bela Vista,
2525 6290-333 Gouveia requereu ao Município de Gouveia o reconhecimento da
2526 isenção de IMT para aquisição de um prédio rústico, a que corresponde o
2527 artigo matricial n.º 1263, sito no Lugar de Quintas ou Pedache, na União das
2528 Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, e do prédio urbano a que corresponde
2529 o artigo matricial n.º 544, sito no mesmo lugar, cuja autorização de
2530 utilização é titulada pelo alvará de licença de utilização n.º 32/2002, tendo
2531 alegado que o referido prédio urbano se destina à produção, armazenamento
2532 e expedição de sistemas para os seus distribuidores internacionais,
2533 representando um investimento total aproximado de 350.000€, e pretender
2534 aumentar em 60% (6) o número de funcionários da empresa num período de
2535 3 anos (a empresa conta com 10 funcionários).

2536 A requerente juntou os seguintes documentos:

- 2537 1. Requerimento, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal,
2538 para reconhecimento da isenção do pagamento de imposto (IMT) que
2539 caracteriza o investimento a realizar no local, identificando o seu
2540 montante (350.000€), sendo no mesmo igualmente assumido o
2541 compromisso no que respeita ao aumento do número de postos de
2542 trabalho da empresa em 60%;
- 2543 2. Certidão permanente da empresa na qual se identifica como gerente o
2544 Sr. Eng. Luís Jorge de Oliveira Pinto, que subscreveu o presente
2545 pedido;
- 2546 3. Cópia da ata da assembleia geral ordinária datada de 19 de abril de
2547 2016, na qual se deliberou a compra dos prédios supra identificados;
- 2548 4. Certidões de não dívida da IOline Lda à Segurança Social e às
2549 Finanças;
- 2550 5. Caderneta predial do prédio rústico objeto da aquisição a efetuar;
- 2551 6. Caderneta predial do prédio urbano objeto da aquisição a efetuar;
- 2552 7. Certidão da Conservatória do Registo Predial de Gouveia da descrição
2553 do prédio urbano e rústico:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2554 8. *Plantas simples (projeto) do imóvel;*
2555 9. *Simulações do valor de IMT a pagar;*
2556 10. *Declaração subscrita pela contabilista Alice Carla Freitas Nogueira*
2557 *da Silva Campos Sequeira, que comprova que a empresa possui um*
2558 *sistema de contabilidade organizada;*
2559 11. *Documento intitulado “Mapa de seguros” relativo a 2016, que*
2560 *identifica 10 trabalhadores que exercem funções na empresa;*
2561 12. *Dados de atividade retirados do Portal das Finanças que identificam o*
2562 *TOC responsável e o tipo de contabilidade;*
2563 13. *Demonstração de resultados relativa aos anos 2013 e 2014, na qual se*
2564 *constata uma tendência decrescente no Resultado Líquido do exercício*
2565 *(RLE);*
2566 14. *Declaração subscrita pela contabilista Alice Carla Freitas Nogueira*
2567 *da Silva Campos Sequeira, que comprova que a empresa não se*
2568 *encontra em situação de dificuldade, na medida em que não se*
2569 *encontra em incumprimento perante a Administração Tributária,*
2570 *Segurança Social, Fornecedores e seus Recursos Humanos;*
2571 15. *Licença de utilização do prédio n.º 32/2002, emitida pela Câmara*
2572 *Municipal de Gouveia;*
2573 *Feita a análise da documentação entregue pela requerente, importa verificar*
2574 *se está cumprido o disposto no artigo 22.º do CFI.*
2575 *Ora, em primeiro lugar, verifica-se que a empresa requerente exerce*
2576 *atividade de acordo com o CAE 62090, atividade que, de acordo com o n.º 1*
2577 *do referido artigo, está prevista no n.º 2 do artigo 2.º do CFI, tendo em*
2578 *consideração os códigos de atividade definidos na portaria n.º 282/2014 de*
2579 *30 de dezembro, integrando-se na alínea g) do artigo 2.º da referida portaria*
2580 *- Consultoria e programação informática e atividades relacionadas –divisão*
2581 *62 (conforme a CAE Ver. 3, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14*
2582 *de novembro, na sua atual redação).*
2583 *O investimento a efetuar pela empresa é uma aplicação relevante que se*
2584 *enquadra nas alíneas i) e ii) do n.º 2 artigo 22.º do CFI, porquanto se trata*
2585 *da aquisição de um edifício (prédio urbano) e de um prédio rústico no qual o*
2586 *mesmo se encontra implantado, melhor descrito supra, que são ativos fixos*
2587 *tangíveis a afetar à exploração da mesma empresa.*
2588 *A Ioline Lda., aqui requerente, enquadra-se na categoria das micro*
2589 *empresas, de acordo com a documentação entregue (relativa ao número de*
2590 *trabalhadores) e ao respetivo volume de negócios (de acordo com a*
2591 *demonstração de resultados) e com a classificação prevista no Decreto-Lei*
2592 *n.º 372/2007, de 6 de novembro.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2593 *Em seguida, de acordo com o n.º 4 do referido artigo, apenas podem*
2594 *beneficiar dos incentivos fiscais previstos no presente capítulo os sujeitos*
2595 *passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições:*
2596 *a) disponham de contabilidade regularmente organizada, de acordo com a*
2597 *normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o*
2598 *respetivo setor de atividade – A empresa demonstrou dispor de contabilidade*
2599 *organizada, de acordo com a declaração subscrita pelo técnico responsável,*
2600 *que aqui se dá por reproduzida, para os devidos e legais efeitos;*
2601 *b) o seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos-*
2602 *confirma-se, de acordo com a documentação entregue, que o lucro tributável*
2603 *da Ioline Lda. não é determinado por métodos indiretos;*
2604 *c) mantenham na empresa e na região durante um período mínimo de três*
2605 *anos a contar da data dos investimentos, no caso de micro, pequenas e*
2606 *médias empresas tal como definidas na Recomendação n.º 2003/361/CE, da*
2607 *Comissão de 6 de maio de 2003 (...) os bens objeto do investimento, o que*
2608 *resulta do referido pedido;*
2609 *d) não sejam devedores ao Estado e à segurança social de quaisquer*
2610 *contribuições, impostos ou quotizações ou tenham o pagamento dos seus*
2611 *débitos devidamente assegurado – comprovou-se que se verifica o*
2612 *cumprimento desta alínea através das duas declarações de não dívida*
2613 *entregues pela requerente;*
2614 *e) não sejam consideradas empresas em dificuldade nos termos da*
2615 *comunicação da Comissão – Orientações relativas aos auxílios estatais de*
2616 *emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em*
2617 *dificuldade, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º C 249, de 31*
2618 *de julho de 2014 - foi declarado pela contabilista Alice Carla Freitas*
2619 *Nogueira da Silva Campos Sequeira que a empresa não se encontra em*
2620 *situação de dificuldade, na medida em que não se encontra em*
2621 *incumprimento perante a administração tributária, segurança social,*
2622 *fornecedores e seus Recursos humanos;*
2623 *f) efetuem investimento relevante que proporcione a criação de postos de*
2624 *trabalho e a sua manutenção até ao final do período mínimo de manutenção*
2625 *dos bens objeto de investimento, nos termos da alínea c) – a empresa*
2626 *compromete-se a criar 6 postos de trabalho (60% dos dez que atualmente*
2627 *tem) devendo mantê-los até ao final do referido período;*
2628 *Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI,*
2629 *de acordo com as simulações apresentadas pela requerente, o valor da*
2630 *despesa fiscal líquida, a suportar pelo Município de Gouveia, ascende a*
2631 *10.219.94€, conforme a seguir se demonstra:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

<i>Artigo Matricial</i>	<i>Área</i>	<i>Valor</i>	<i>Taxa</i>	<i>IMT</i>
R-1263	0,47100 ha	4,23€	5%	0,25€
U-544	400, 0000 m ²	139.995,77€	6,5%	10.219.69€
Total IMT				10.219.94€

2632 Ora, o dever de fundamentação previsto no n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI
2633 passa, necessariamente, por justificar a contrapartida da isenção tendo em
2634 consideração a relevância do investimento a realizar pela empresa em causa
2635 no contexto do Concelho de Gouveia.

2636 Nesse sentido, os motivos justificativos que foram alegados pela requerente
2637 são atendíveis, sendo a atividade de produção de sistemas de
2638 microelectrónica e automação industrial um fator diferenciador e gerador de
2639 riqueza para o Concelho, originando um investimento proposto pela
2640 requerente de 350.000€ e mais 6 postos de trabalho especializado.

2641 Por conseguinte, a Câmara Municipal, nos termos do disposto nos números 2
2642 e 9 do artigo 16.º do RFALEI, dos artigos 22.º e 23-Aº do CFI, e do disposto
2643 na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
2644 setembro, deliberou aprovar os critérios de atribuição do benefício de
2645 isenção acima definidos, e de acordo com esses critérios, **conceder à**
2646 **empresa IOLINE Lda. a isenção total do pagamento de IMT** para apoio a
2647 investimento, consubstanciado na aquisição dos prédios rústico e urbano
2648 acima identificados.

2649 Assim e em simultâneo, **delibera a Assembleia Municipal de Gouveia, por**
2650 **unanimidade, o seguinte:**

2651 1) **Proceder à aprovação dos referidos critérios, concedendo à empresa**
2652 **IOLINE Lda, a isenção total do pagamento do IMT, referente à**
2653 **citada aquisição, ao abrigo do referido n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI**
2654 **e do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, regulado nos artigos 22.º**
2655 **e 23-A do CFI.**

2656 2) Para os efeitos do que dispõem as alíneas c) e f), do n.º 4 do artigo 22.º
2657 do CFI, a **requerente deve manter na empresa e na região, pelo**
2658 **período de 3 anos a contar da data do investimento, os bens objeto do**
2659 **investimento, assim como os seis postos de trabalho que se**
2660 **compromete a criar, sob pena de, em caso de incumprimento, ser**
2661 **adicionado ao IRC relativo ao período de tributação em que alienou os**
2662 **bens objeto do investimento o imposto que deixou de ser liquidado em**
2663 **virtude da aplicação do regime fiscal de apoio ao investimento,**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2664 *acrescido dos correspondentes juros compensatórios majorados em dez*
2665 *pontos percentuais, tudo nos termos do disposto no artigo 26.º do CFI.*
2666 3) *Para controlo do cumprimento do disposto na presente deliberação, a*
2667 *empresa requerente deverá igualmente fazer prova junto do*
2668 *Município, no termo do referido período, do cumprimento do disposto*
2669 *nas referidas alíneas c) e f) do n.º 4 do artigo 22.º do CFI, bem como*
2670 *deverá apresentar documentação económico-financeira que*
2671 *comprove ter efetivamente realizado o investimento de 350.000,00*
2672 *euros que se propõe levar a cabo.”*

2673 **Ponto 8. Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação** 2674 **Financeira a 15/12/2015**

2675 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
2676 autorizando o Senhor Presidente a apresentar este ponto da ordem de
2677 trabalhos, referindo não ter nada a acrescentar.-----

2678 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições
2679 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se verificando
2680 nenhuma intervenção.-----

2681 **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

2682 ----- Não se verificou nenhuma intervenção da parte do público presente.----

2683 ----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
2684 foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações
2685 referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4 e 5** da presente “**Ordem do Dia**”, de modo a
2686 produzir efeitos imediatos. -----

2687 ----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi
2688 declarada encerrada a reunião pelas duas horas, da qual e para constar se
2689 lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo
2690 Senhor Presidente da Mesa e pela sua 1.ª Secretária. -----

2691 ----- Todos os assuntos relatados na presente ata, estão gravados na íntegra
2692 num MiniDisc, que se encontra arquivado numa pasta própria. -----

2693

2694 **O Presidente da Assembleia Municipal**

2695

2696

2697 **(Luís António Vicente Gil Barreiros)**

2698

2699 **A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal**

2700

2701

2702 **(Ana Paula Alves Morgado Mendes)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2703

2704

2705

2706

2707

2708